



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E**

**ECONÔMICAS FACULDADE DE DIREITO**

**A DECADÊNCIA FLUMINENSE: RAZÕES E PERSPECTIVAS**

**LUCAS VARGAS ALONSO**

**Rio de Janeiro**

**2019**

**LUCAS VARGAS ALONSO**

**A DECADÊNCIA FLUMINENSE: RAZÕES E PERSPECTIVAS**

Projeto de Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Ms. Mauro Osório da Silva**

**Rio de Janeiro**

**2019**

## CIP - Catalogação na Publicação

A454d      Alonso, Lucas Vargas  
              A DECADÊNCIA FLUMINENSE: RAZÕES E PERSPECTIVAS /  
              Lucas Vargas Alonso. -- Rio de Janeiro, 2019.  
              62 f.

              Orientadora: Mauro Osório da Silva.  
              Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
              Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
              Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2019.

              1. Rio de Janeiro. 2. Decadência. 3. Direito. 4.  
              Institucionalismo. I. Silva, Mauro Osório da,  
              orient. II. Título.

**LUCAS VARGAS ALONSO**

**A DECADÊNCIA FLUMINENSE: RAZÕES E PERSPECTIVAS**

Monografia de final de curso, elaborada  
no âmbito da graduação em Direito da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como pré-requisito para obtenção do grau  
de bacharel em Direito, sob a orientação  
do **Professor Ms. Mauro Osório da Silva**

Data da Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Orientador

\_\_\_\_\_  
Membro da Banca

\_\_\_\_\_  
Membro da Banca

**Rio de Janeiro**

**2019**

## **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo identificar nuances que expliquem a decadência do Estado do Rio de Janeiro e da cidade do Rio de Janeiro, sob o vies da teoria institucionalista, exemplificando seu conceito, apresentando suas correntes e correlacionado com a realidade do objeto da pesquisa. Para além, tem o objetivo de prover perspectivas para superar as problemáticas que se apresentam. A partir da trajetória histórica, compreende-se os ciclos virtuosos, o incio da decadência, a sua consolidação e apresenta-se as perspectivas possíveis, a partir de um diagnóstico que se pretende correto.

**Palavras-Chaves :** Rio de Janeiro; decadência; institucionalismo; Direito

## **ABSTRACT**

This research aims to identify nuances that explain the decadence of the State of Rio de Janeiro and the city of Rio de Janeiro from the point of view of the institutionalist theory, exemplifying its concept, presenting its line of thought, and correlating it with the reality of the research's object. The historical trajectory allows to comprehend the virtuous cycles, the beginning of the decadence, its consolidation and shows the possible perspectives from the standpoint of a diagnostic that it's pretended to be correct. Besides, it also intends to present perspectives to overcome the problems that are shown.

**Keywords : Rio de Janeiro, decadence, institutionalism, Law**

Dedico esta monografia *in memorian* a minha mãe, a quem sempre me incentivou, ao meu pai, que me propiciou todas as condições possíveis para que eu alcançasse meus objetivos e ao meu irmão, que me forneceu todo o apoio.

## **AGRADECIMENTO**

Ao professor Mauro Osório, meu orientador por ter aceitado a missão de orientar este trabalho, pela disponibilidade dispensada e sugestões que foram necessárias para a concretização desta monografia.



"Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência."

Karl Marx

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. CAPÍTULO I – DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....</b>	<b>13</b>
2.1 Rio e o período colonial.....	14
2.2 Rio e a capitalidade.....	17
<b>3. CAPÍTULO II - DO INSTITUCIONALISMO.....</b>	<b>25</b>
3.1 Do conceito.....	25
3.2 Institucionalidade carioca e fluminense.....	27
3.3 O chaguismo e o marco de poder.....	29
<b>4. CAPÍTULO I V– DA DECADÊNCIA.....</b>	<b>33</b>
4.1 Da decadência política.....	33
4.2 Dos dados econômicos.....	35
4.3 Da geração de emprego.....	38
4.4 Da arrecadação.....	40
4.5 Dos <i>royalties</i> .....	40
4.6 Da educação.....	41
4.7 Da infraestrutura.....	42
4.8 Da segurança.....	43
<b>5. CAPÍTULO IV – DAS PERSPECTIVAS.....</b>	<b>45</b>
5.1 Dos complexos possíveis.....	47
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>

## 1. -INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro passou por severas mudanças ao longo dos séculos, perpassando por diversas fases de sua história, em etapas virtuosas, até que se constatou um notório ciclo de decadência econômica, política e de valores.

A partir deste cenário, diversos pesquisadores buscaram compreender suas razões, tanto sob o ponto de vista histórico quanto do teórico, a fim de se obter uma análise sobre o todo da problemática e poder ofertar soluções práticas e razoáveis de acordo com a realidade da cidade e do Estado do Rio de Janeiro.

Nesta pesquisa, para além de compreender as possíveis razões que explicam a decadência moral, política e econômica fluminense, fez-se importante, também, estender o campo de pesquisa para possíveis perspectivas que podem ser benéficas ao Estado sob o ponto de vista do Direito e da Economia.

A pesquisa que ora se propõe se estrutura fundamentalmente sobre uma análise acadêmica, restringindo-se a bibliografia, a literatura, dados públicos e pesquisas doutrinárias, no âmbito teórico, aplicando-o a realidade do objeto da pesquisa.

A apresentação do material pesquisado permitirá compreender os critérios adotados para as análises, compreender a procedência ou a improcedência dos métodos e as razões para as quais as propostas são inócuas em sua grande maioria para solucionar a decadência do Rio.

Dentro deste projeto, após trajetória histórica, busca-se analisar um fenômeno político que se consolidou no Rio de Janeiro, tendo enfoque no eixo histórico da ditadura militar brasileira, período no qual se consolidou o fenômeno conhecido como chaguismo, nome dado em referência ao governador da Guanabara entre 1971 e 1975 e do nascente Estado do Rio de Janeiro durante o período de 1979 a 1983.

Para além, cabe compreender também os impactos da retirada da capital federal da cidade do Rio de Janeiro, a fratura institucional deixada e analisar o marco de poder que se desenvolveu na região durante o período destacado.

Em tal recorte histórico, visa-se compreender o nascimento do fenômeno, seu desenvolvimento e consolidação na política carioca e fluminense, na qual exerce influência até os dias de hoje.

Desta forma, sobre o trabalho, no primeiro capítulo(**“Da trajetória histórica”**), apresenta uma breve exposição das mudanças (ou interpretações) que o Rio de Janeiro sofreu ao longo do tempo, servindo como “cofre-forte”, como principal porto da América do Sul, do eixo de capitalidade do Império e da República, permitindo, desta forma, uma melhor compreensão da importância da cidade e, inevitavelmente, demonstrar os ciclos virtuosos antes do processo de decadência.

Em relação ao segundo capítulo(**“Do institucionalismo”**), visa referendar uma análise multidisciplinar a partir do Direito, provendo uma análise da teoria e apresentando seus entendimentos, sendo o norte teórico do presente trabalho, relacionando e confrontando a teoria com a realidade prática do Rio de Janeiro, a fim de ofertar um panorama adequado da cidade e apontar o diagnóstico correto.

Já no terceiro capítulo(**“Da decadência”**)apresenta-se a realidade do Rio de Janeiro e demonstra-se o porquê da decadência ser um fato incontestável, suas razões, dados econômicos, provendo comparações com a realidade nacional, que inevitavelmente esclarece uma perda de relevância da região, com diversas consequências negativas, especialmente no âmbito da educação e da violência.

Por fim, no quarto capítulo(**“Das perspectivas”**), assinala-se as possibilidades para se enfrentar a realidade e superá-la com eficácia e de forma equilibrada, através de uma compreensão adequada dos problemas, valorizando suas potencialidades, reestruturando a região e ampliando o debate.

Importante salientar que não se busca dar fim ao debate ou tampouco finalizar uma questão tão complexa quanto a trajetória de uma cidade tão relevante para a história do Brasil e de um Estado que nasceu cheio de desafios a serem superados.

Para além, surge a necessidade de alterar o eixo das reflexões sobre o Estado e sobre a cidade, podendo este trabalho auxiliar em uma melhor compreensão da problemática, a fim de se aproximar de soluções que de fato tragam benefícios a sociedade, tornando-a mais democrática, seja no âmbito de suas instituições ou na formulação de regras, nos termos de Douglas North.

Neste sentido, espera-se que o presente trabalho possa trazer benefícios para o debate acerca do Rio de Janeiro, além de indicar caminhos que sejam possíveis de serem trilhados, a fim de promover o desenvolvimento e superar desolador cenário que se apresenta e afeta a vida de milhões de brasileiros.

## 2. CAPÍTULO I – DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Em breve exposição, destaca-se a seguir, a trajetória histórica da região fluminense, com enfoque na cidade do Rio de Janeiro, que ao longo do tempo, na história brasileira, sempre obteve um papel relevante, sendo o principal porto do país, seja sendo capital do Império ou da República.

Partindo de Lessa<sup>1</sup> (2000),

(...) o Rio foi, no início, um pólo de poder geopolítico e o porto. A dinâmica da urbana da cidade tem aí seu marco original.”, identifica-se, portanto, o primeiro momento da cidade do Rio, ser o pólo de poder geopolítico do país e o pólo comercial, através de seu porto.

Desta forma, a cidade serve ao país em um duplo papel, detendo um papel político, de organizar politicamente a atuação do país e suas relações com o estrangeiro e detendo um papel econômico, das relações mercantis envolvendo o país e, por consequência, a própria cidade.

Ao pensar as razões da cidade do Rio de Janeiro ter sido “escolhida” para deter esses papéis, cabe destacar que, conforme Lessa<sup>2</sup> (2000, p.19), “(...) o Rio como lugar deve ser pensando inicialmente por sua posição – ou macrolocalização ; entendida pela forma em que este determinado lugar, onde se ergueu a cidade, esteve e está em relação ao espaço-mundo.”.

Para além, o Lessa<sup>3</sup> completa (2000)

(...) na geografia moderna, de um Karl Ritter, a terra (o lugar) é vista como o teatro da história. Por esta perspectiva, os condicionantes naturais são lidos em sua relação com o desenvolvimento histórico. Esses condicionantes têm sido sublinhados em várias tentativas de se chegar a teorias científicas sobre o entendimento dos povos

Desta forma, destaca-se a importância do Rio em mais um aspecto, o geográfico, uma cidade costeira, de braços abertos para o oceano, tendo suas condicionantes naturais um papel essencial para as atividades ali desenvolvidas, especialmente com o estrangeiro, o que será em breve abarcado.

1 LESSA, C. **O Rio de todos os brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.11

2 Ibidem, p.19

3 LESSA, C. **O Rio de todos os brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2000,

O autor, afim de indicar uma análise mais completa sobre a cidade, traz algumas informações que são necessárias, apresentando um caráter também militar que se desenvolveu na localidade, como se faz presente em Lessa (2000, p.31),

(...) no início do século XVII, Brandônio fala do Rio: “(...) tem uma galharda fortaleza bem abastecida de artilharia, munição e soldados e um capitão posto por elle de tres em tres annos; tem uma cidade, posto que pequena, bem situada, a qual de presente de grande commercio; porque vem a ella muitas embarcações do Rio da Prata, que trazem riqueza muitas em patacas (reais de oito), que commutam por fazenda, que ali compram; donde tornam a fazer viagem para o mesmo rio.

Destaca-se, também, enquanto atividade econômica, a reexportação de produtos agrícolas, de acordo com Lessa (2000 p.31), têm-se

(...) também neste Rio de Janeiro tomam porto as náos que navegam do Reino para Angola, aonde carregam de farinha de terra (mandioca), de que abunda toda esta capitania em grande quantidade, e dalli a levam para Angola, onde se vende por subido preço.

## **2.1 - Rio e o período colonial**

Ao compreender sobre a economia do Rio de Janeiro ao final do século XVI, compreende-se o papel da cidade durante o período colonial brasileiro, onde já se notava um relevante destaque, sob a perspectiva local e também sob a perspectiva nacional.

Ademais, a partir de Lessa (2000, p.34), no que se referem os vestígios coloniais da cidade do Rio de Janeiro, destaca-se o comércio com o exterior que ali se fazia presente, especialmente sobre o mercado de escravos, durante o século XVIII, no ciclo do ouro, o que acabava trazendo impactos internacionais, com os países estrangeiros, os quais o Brasil constantemente se relacionava.

(...)manter as minas em funcionamento exigia um fluxo permanente de escravos para reposição. A rota de abastecimento pelo Tucuman fornecia manufaturas e escravos ao complexo mineral do Alto Peru a preços mais baixos que a rota do Pacífico-istmo do Panamá. Esta movimentação gerou articulação forte de comércio do Rio com a África. O Rio exportava cachaça, algum alimento – farinha de mandioca, açúcar, fumo – e reexportava tecidos europeus. Importava marfim – o mobiliário brasileiro colonial está repleto de marfim – principal marfim negro (escravos africanos. O tráfico obtinha algum ouro em pó na África. Em simultâneo o Rio importava de Portugal tecidos, vinhos, bacalhau e exportava açúcar..

Outrossim, ainda sobre o comércio exterior, cabe destacar, em Lessa (2000, p.37)

(...) a produção do Rio orientada para o comércio com a África e com o Rio da Prata era beneficiada pelo suprimento de mão-de-obra escrava mais barata- dada a proximidade com Angola. Entretanto, o coração estratégico do desenvolvimento do Rio foi o tráfico combinado com o contrabando. Isso permitiu “um complexo virtuoso” de atividades para o fortalecimento urbano. A base regional é explicável como derivada daquela atividade urbana e não o contrário.

Portanto, destaca-se novamente uma ampliação de influência da cidade do Rio de Janeiro, onde não somente se enxergava um poder geopolítico, um poder militar, mas também um poder econômico, que abarcava a exportação de escravos, além de um concomitante processo de importação de artigos de Portugal, para servir aos interesses locais de quem residia na cidade.

Tal rota com o estrangeiro, porém, envolvia mais do que a compra de produtos de luxo, também servia a um processo de reexportação de artigos produzidos no Brasil, visando o mercado das Índias Orientais, momento em que o Rio passa a organizar, também, a economia nacional, centralizando ainda mais sua influência.

Sobre o assunto, Amaral Lapa<sup>4</sup> (1968) chama a atenção:

(...) a reexportação dos artigos originários de Salvador pelo porto do Rio não se destinava apenas ao Prata (...) no final do século XVIII (...) encontramos ordens para que o tabaco baiano, exportável para Índia, passasse a ser enviado antes para o Rio de Janeiro, de onde seria transportado para o Oriente.

Então Lessa (2000, p.44), complementa,

Á sombra desta atividade principal – o comércio exterior – desenvolveu o comércio colonial de cabotagem, centralizado no Rio. Escravos eram trocados por fumo baiano. Com a região Sul, a troca era por alimentos – principalmente carne-seca e banha. Como praça atacadista do século XVIII, o Rio articula-se com o planalto central: vende escravos, alimentos e manufaturas importadas e obtém pagamento em ouro e diamantes. O Rio colonial foi o epicentro desta complexa rede de relações comerciais. Era uma vila modesta em termos demográficos, porém uma forte praça comercial e marítima.

Identifica-se então o processo de construção da centralidade do Rio de Janeiro durante o período colonial, calcado tanto a nível político, militar, quanto econômico, partindo de sua localização estratégica (condicionantes naturais).

4 LAPA JR., Amaral. **O Brasil e a carreira das Índias**. Cia. Editora Nacional, 1968



O porto do Rio de Janeiro, portanto, é um lugar essencial para compreensão do Brasil e da cidade durante o período colonial, Lessa (2000, p.45) diz,

O porto é o lugar fundamental na vida do Rio colonial. O lugar onde se podia fundear a nau de forma confiável, protegida contra ventos e assaltos, e onde se pode abastecê-la e realizar manutenção e reparações. No porto a embarcação está protegida por uma autoridade local. Na época da navegação à valea, o que hoje chamaríamos de “base técnica” do porto terrestre era irrisório; bastava um trapiche e a força humana para mover as cargas.

O comércio acaba por afetar o dia-a-dia da cidade, modificando sua natureza, criando complexos a partir da atividade econômica, onde Lessa (2000, p.45) traz.

O porto ainda não existia como um equipamento definido, apenas como um estar seguro e próximo à beira da costa. Prevalencia na área de acostamento uma imensa promiscuidade, onde todas as funções confundiam-se. Por estas características a área portuária foi a mais densamente povoada. Lá estavam as residências, as casas comerciais, as oficinas e os trapiches. A cidade organizava a partir do porto o seu centro vital.

Neste sentido, tal centralidade termina por trazer implicações decisivas na organização local (da cidade) do Rio, onde não somente serve aos interesses do país, mas também dos seus habitantes, para tal nuance, o Lessa opina (2000, p.45),

A mais decisiva implicação do passado colonial para o presente do Rio não está congelada nem nas relíquias arquitetônicas, nem nas lembranças toponímicas, mas sim na organização espacial da cidade. O passado colonial está presente na “centralidade” do Centro do Rio colonial, organizador da disposição espacial da cidade e seu núcleo articulador essencial. O Centro de um Rio de fins do século XVIII, uma cidade com 50 mil habitantes, mantém-se na mesma posição estratégica do Rio do século XX. Foi preservada a centralidade plasmada no período colonial, a partir das funções portuárias, mesmo quando posteriormente o porto foi deslocado

Após a exposição do desenvolvimento da centralidade do Rio de Janeiro durante o período colonial, cabe agora demonstrar a formação da capitalidade da cidade, onde, a partir de 1763, a cidade do Rio de Janeiro passa a ser, por direito, a capital do Brasil, tendo em vista a imensa influência que exercia.

## 2.2 – Rio e a capitalidade

Com a vinda da família real da Europa, o Brasil passa a deter um status diferente, passa a ser compreendido como parte integrante do Reino Unido e tal coroação ocorre na cidade do Rio, portanto, a cidade passa a carregar um simbolismo relevante.

Destarte, cabe indicar a faceta da capitalidade, em um primeiro momento, destacando a importância da capital, a partir de Lessa (2000, p.64),

(...) a cidade, como capital, é o ápice da realidade cívico-cultural do estado. Construída pelo homem como centro político de um corpo social, é o núcleo soberano do território nacional. Com esta função específica, a cidade desenvolve um conjunto peculiar de traços. .

Com o intuito de compreender o Rio de Janeiro, faz-se necessário compreender, antes de tudo, a importância de uma capital e esta faceta da capitalidade, pois, seguindo o dito de Lessa (2000, p.64), faz-se necessário registrar a progressão deste papel, pois trata-se de um processo interativo que influencia na sua conformação urbana.

No Brasil, tal conformação adquire características próprias, típicas de “países baleias”, nos termos de Lessa (2000. p.65), pois, “(...) o Rio de Janeiro é a chave para a compreensão do processo de formação do Estado brasileiro, da unidade territorial e da identidade nacional.”.

Neste aspecto, cabe ressaltar uma vantagem comparativa do Rio em relação as demais cidades do país, que são derivadas deste status de capital, salienta Lessa (2000, p.65)

(...) qualquer que seja o processo genético-constitutivo, a cidade, convertida em capital, é beneficiária de uma singela lógica derivada de ser sede do poder político: as opções históricas posteriores movem-se a seu favor. Quase sempre percebida como superior ao campo e às demais cidades, a capital tende a ser priorizada como lugar onde o poder demonstra a riqueza e a civilização de uma nacionalidade. A lógica da capitalidade dá à cidade vantagens cumulativas para continuar a sê-la.

Constata-se, portanto, a importância do eixo de capitalidade para a cidade do Rio, que termina por favorecer o desenvolvimento local, conforme demonstrado em Lessa (2000, 84)

Após a chegada de D. João VI, há uma componente de prosperidade diferencial que beneficia a cidade/capital, que irá, posteriormente, internalizar um dinamismo cada vez mais derivado de sua capitalidade. O gasto público no Rio superou sistematicamente a arrecada fiscal local, fazendo da cidade um espaço que recebeu continuamente injeções adicionais de gastos, gerados pelo poder público. Assim sendo, o Rio, além de porto tradicional e pólo mercantil, ao ser sede da fiscalidade do Império, beneficiou-se de com o regular pagamento dos funcionários do Estado. Ao concentrar-se espacialmente o gasto, a capital tem uma componente que a alavanca permanentemente. Hoje a maior renda per capita brasileira está no Plano Piloto de Brasília, o que evidencia a força deste vetor.

Ao se solidificar como o centro do país, o Rio relaciona seu desenvolvimento durante o período colonial com seu eixo de capitalidade, garantindo um dinamismo e uma importância em diversos setores da sociedade brasileira, tendo destaque em Lessa (2000, p. 85)

Desde a fundação, o Rio de Janeiro tem uma marcada vocação mercantil. Prosperou inicialmente como pólo intermediário do comércio com o Rio da Prata. A incorporação das Geraes reiterou o papel de principal centro mercantil da colônia. Abasteceu as Geraes de mercadorias importadas e escravos. Após a abertura do Caminho Novo, centralizou este comércio e o controle fiscal sobre o ouro e diamantes.

Neste aspecto, cabe destacar Sobral<sup>5</sup> (2016),

Do período colonial ao início do período republicano, o Estado embrionário preserva as bases patrimoniais da sociedade com relações político-institucionais próximas aos interesses oligárquicos no Brasil. Por conseguinte, mantiveram-se as frações de capitais dispersas por um “arquipélago” de economias regionais determinadas sobretudo por sua relação com o exterior. Um processo de integração de maior magnitude é germinado através do complexo mineiro e seu específico impulso à urbanização.

De acordo com Lessa (2000, p.93), para além, tais nuances passam a afetar também a cultura da sociedade, isto é, para além da economia, o que antes, na atividade mercantil somente servia como uma importação de artigos de luxo para a elite portuguesa que residia no Rio, se sofisticava e passa a ser “o elo direto da difusão dos costumes europeus”.

O eixo de capitalidade garantia outros benefícios, como por exemplo, a possibilidade de diminuir o impacto de crises ou obter facilidades de adaptação nesses períodos pela importância da cidade para o país a qual representa.

Segundo Melo<sup>6</sup> (2001):

5 SOBREAL, Bruno Leonardo Barth. **A desindustrialização nacional como projeto: uma reflexão em Economia Política sobre os limites para o desenvolvimento fluminense** (Org.). Rio de Janeiro: reflexões e práticas. 1ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, v. 1, p. 11

6 MELO, H.P.A Trajetória da Industrialização do Rio de Janeiro. IN: Américo Freire, C.E.; Motta, M.S. (org.). Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p.224

“As funções de centro comercial e financeiro e sede da administração federal, aliadas aos gastos do Estado no investimento da infraestrutura local, deram contribuição decisiva para a manutenção da cidade do Rio de Janeiro como um polo de atração para negócios e pessoas”

Faz-se evidente quando se compara a economia da capital e a economia do Estado fluminense, que eram afetadas de formas distintas nos ciclos virtuosos e nas crises, por conta da diferença em seu dinamismo, derivado da separação política entre a cidade e o Estado do Rio de Janeiro, portanto, tendo seus processos de tomada de decisões separados.

Durante o processo de decadência da economia cafeeira em território fluminense, isso se evidenciou, como demonstrado em Lessa (2000, p.99)

A posterior perda progressiva de hegemonia econômica, com o declínio da cafeicultura fluminense, não reduziu o Rio a um gueto burocrático tipo Brasília. Criou uma economia metropolitana sofisticada e diversificada sem articulações significativas com uma economia regional. Após o brilho do café, a agricultura fluminense vegetou em atrofia e foi incapaz de abastecer a metrópole, sequer com os alimentos perecíveis. No Rio se condensaram atividades nacionais – banco, seguro, comércio mobiliário, comércio de atacado, advocacia administrativa e algumas indústrias de natureza residencial

Enquanto a crise fora devastadora para o território fluminense, a capital não foi afetada em mesmo grau, tendo em vista a importância da cidade para os interesses nacionais, aponta Lessa (2000, p.99)

A base produtiva do Rio era de alto interesse nacional, e seu favorecimento não entrava em competição com interesses de outras regiões. O interior fluminense era um vazio. Deixou de ameaçar qualquer região, pois não tinha uma economia específica regional. Neste sentido, o Rio podia sediar formalmente o poder sem esmagar qualquer região do país. Alias, o Rio sempre abriu mão, com facilidade, de seus interesses econômicos locais em nome da função política maior. Esta postura displicente, conveniente enquanto capital, irá lhe custar caro, após a perda da capitalidade. Uma cidade cosmopolita que podia condensar e conviver com todas as dimensões provincianas. Uma cidade com elites recrutadas em todo o país, sem servir ao interesse regional do Rio. Ao perder a função capital e sobreviver à crise das últimas décadas, a imagem do Rio foi evanescente, estando ligada a este processo a erosão da auto-estima brasileira

As diferenças entre a cidade e o Estado sempre foram notadas, especialmente pela ótica do dinamismo econômico presente em cada território. As justificativas apontam no sentido da relação da cidade do Rio de Janeiro ser, historicamente mais vinculada aos interesses nacionais do que aos interesses regionais, enquanto há um certo abandono do território fluminense, neste aspecto, contribui Lessa (2000, p.123)

A decadência da cafeicultura não estagnou a cidade nem foi assumida pelo Distrito Federal como um problema regional. A urbanização prosseguiu e a centralidade do Rio foi imune à crise do interior. É inquestionável a confirmação da capitalidade e centralidade do Rio pelo café escravo. A cidade/capital continuou crescendo e prosperando sem assumir o papel político de protetora e reanimadora de sua retaguarda regional. Voltou suas costas para o drama fluminense. A Guanabara chegou a formular uma política antifluminense. Somente com a fusão dos dois estados, feita à força em 1975 pelo governo autoritário, teve início a difícil e ainda inconclusa rearticulação política e econômica regional.

Em Osório, Rego e Versianni<sup>7</sup> (2017)

No mesmo sentido que na cidade do Rio de Janeiro, no antigo estado do Rio a presença da Capital se fazia sentir, conforme mostra Marieta de Moraes Ferreira (1991) quando pontua a existência de uma dificuldade de interlocução entre as elites econômicas escravagistas da Velha Província e as elites políticas, de viés mais nacional, como Alberto Torres e Nilo Peçanha. Essa dificuldade de interlocução teria obstaculizado a implantação de estratégias econômicas quando da decadência da cafeicultura na região, ao longo da segunda metade do século XIX.

Por outro lado, enquanto em outras capitais estaduais o dinamismo é explicado pela relação com seu interior, no Rio de Janeiro ocorre o contrário, conforme Lessa (2000, p.123)

O dinamismo da cidade do Rio de Janeiro não é explicável pelo do interior. O Rio explica o interior fluminense, no sentido que o patamar propulsor e mantenedor do café fluminense foi o capital mercantil nacional sediado no Rio e fortalecido pelo episódio das Geraes. O crescimento do café foi síncrono e interativo com o dinamismo urbano do Rio. Realimentou o porto, o comércio atacadista; o varejo de luxo; a construção imobiliária. A parcela principal dos ganhos mercantis com o café foi apropriada pelo grande comércio do Rio, que será matriz do posterior rentista e do embrião de um débil sistema bancário.

A importância disso têm, por exemplo, em Minas Gerais, conforme se faz presente em Osório, Versiani<sup>8</sup> (2013)

(...)A importância da articulação entre as elites políticas e econômicas de uma região, para a alavancagem de um processo de desenvolvimento econômico, é bem pontuada em Otávio Dulci (1999), quando o autor analisa essa relação como um elemento-chave da estratégia engendrada em Minas Gerais, a partir da década de 1940 e 1950, que gerou um articulado arcabouço institucional de fomento ao desenvolvimento daquele estado.

Sobre a capitalidade, têm-se em Sobral (2016, p.16)

(...)Esse poder simbólico tornou as características societárias cariocas um ingrediente-chave da identidade e da auto-estima do Brasil, o que trouxe vantagens

7 OSÓRIO, Mauro; REGO, Henrique Rabelo Sá; VERSIANI, Maria Helena. Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder. Cadernos do desenvolvimento fluminense, Rio de Janeiro, n. 12, jan./jun. 2017, p.79

8 OSÓRIO, Mauro e VERSIANI, Maria Helena; Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n.2, julho/ 2013, p.196

para sua economia urbana (ainda que não requalificasse seu tecido social preexistente). Baseado na “capitalidade”, a região ganhou um status privilegiado no pacto federativo, enquanto grande centro de decisões nacionais. Dessa forma, uma alternativa às “forças de atraso” foi sua configuração como uma das arenas mais notórias de articulação do projeto nacional, garantindo razoável dinamismo.

Baseado em formulação de Giulio Argan, Motta<sup>9</sup> (2001) define “capitalidade” como: “lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma à sua maneira, o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória”.

Já nos termos de Lessa (2000), o “Rio de todos os Brasis” seria o ponto de confluência do olhar de todos enquanto “cartão de visitas do país” e “certidão de brasilidade”. Portanto, sua constatação não está presa ao mero fato de ser ou não sede do poder federal.

Sobre tal perspectiva, cabe destacar a ideia de mito presente em Sobral (2016, p.1),

“O mito interfere no ato de compreensão da realidade, enquanto ideia diretora sobre o sistema de decisões. Segundo Furtado (1974, p.13), “a função principal do mito é orientar, num plano intuitivo, a construção (...) de uma visão do processo social”. Dessa forma, sua aceitação desobriga maior discussão sobre o “sentido” do desenvolvimento, ou seja, sobre quais interesses são seus objetivos últimos e as possibilidades de um projeto político transformador. A contradição se revela quando os resultados divergem das expectativas que embalavam o otimismo generalizado.”

Tal questão traz problemas, conforme indica Sobral (2016),

Tamanho otimismo delimita o campo de visão da realidade, a ponto de discriminar os elementos essenciais ao que se tem em vista legitimar daqueles aspectos críticos que perturbam seu estado de confiança. Através do mito, o olhar se confunde com a auto-estima, desviando as atenções para os ganhos imediatos e retirando da crítica qualquer fundamento.

E complementa Sobral (2016),

(...) Um dos mitos ligados ao Rio de Janeiro é a força de sua capitalidade, enquanto a natureza de sua centralidade. Essa lógica permitiu historicamente a região ganhar um status privilegiado no pacto federativo, como grande centro de decisões. Dessa forma, uma alternativa às “forças do atraso” foi sua configuração como uma das arenas mais notórias de articulação do projeto nacional, garantindo razoável dinamismo. Inclusive, tornava desnecessário elaborar um discurso para a defesa de interesses regionais enquanto gozasse de um tratamento diferenciado por ser um grande palco da brasilidade e de reflexão sobre o país.

Tais nuances levam a políticas inadequadas e ineficientes, conforme demonstrado por Rego, Versiani e Osorio (2017, p.80)

9 MOTTA, M. S. . Rio de Janeiro: de cidade-capital a estado da Guanabara. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 24

(...)A tese defendida pela representação patronal da indústria da Guanabara sugeria que, naquela região, da mesma forma que então ocorria na cidade de São Paulo e em outras metrópoles mundiais, estaria ocorrendo um derramamento do processo de industrialização, do seu núcleo central para a periferia – tendo em vista o crescimento do porte das indústrias, no auge da segunda revolução industrial –, sendo, portanto, de fundamental importância para a nascente cidade-estado da Guanabara a organização de uma política de oferta de terrenos e de infraestrutura, que retivesse a indústria instalada dentro do território carioca.

O argumento debruçou-se no fato de, nos anos 1940 até o início dos 1960, a indústria do antigo estado do Rio de Janeiro ter crescido acima da média nacional, isto é, o contrário do que ocorre na atualidade.

Estas explicações caminham no sentido de esclarecer as diferenças entre o antigo Estado do Rio de Janeiro e a sua atual capital, a cidade do Rio de Janeiro, de revelar o porquê das dificuldades de organização na esfera estadual e os motivos históricos do Rio pensar muito mais o nacional do que o regional.

(...) Esse percurso histórico permitiu ao Rio de Janeiro consolidar forte tradição em debates, estudos e pesquisas sobre o país e o mundo, mas, em contrapartida, pouca ou nenhuma reflexão mais profunda foi dedicada às questões regionais, o que se observa até passado recente.

Em Sobral (2016, p.12), temos um aprofundamento desta nuance, sob o ponto de vista das atividades econômicas regionais, que foram prejudicadas pelo peso excessivo do nacional na cidade do Rio,

(...)Como apontou Lobo (1978), as atividades econômicas regionais surgiram a partir da cidade e para o fortalecimento de sua economia urbana. Contudo, isso dificultou também a maior injeção de densidade econômica em escala regional, em particular, não permitiu que emergisse uma economia urbana representativa fora do perímetro do Município do Rio de Janeiro. Diante disso, o padrão de urbanização fluminense foi marcado historicamente por uma radical polarização em torno da primazia de seu núcleo urbano principal, que se metropoliza precocemente “

Neste aspecto, comparando com São Paulo, cabe uma contribuição ímpar de Sobral (2016, p.13)

(...)Diferente da interiorização do desenvolvimento no Estado de São Paulo, continuou patente a incapacidade do município do Rio de Janeiro irradiar dinamismo significativo para o resto da economia fluminense. Com diversas potencialidades mal aproveitadas, as principais funções econômicas que desempenhou o interior não tiveram relação direta com um processo de metropolização a partir do Município do Rio de Janeiro.

Neste sentido, há uma conformidade que o desenvolvimento do Rio de Janeiro foi envolto de diversas especificidades, com destaque claro pro município carioca, o que trouxe benefícios, como demonstrado, mas também malefícios, nisso, trata Sobral (2016, p.13)

(...) como sentenciou Davidovich (2001, 2010), esse processo de metropolização resultou em uma estrutura urbana “macrocefálica”, na qual prevaleceram as forças centrípetas do núcleo urbano principal inibindo o desenvolvimento de sua principal região tributária que ficou “à sombra da metrópole” com centralidades reduzidas.

A fim de se definir o que seriam forças centrípetas, traz-se em Osório, Versiani (2013, p.191)

As forças centrípetas seriam, fundamentalmente, os efeitos de encadeamento que o investimento em uma determinada atividade geraria em outras; a existência de um mercado de trabalho com um porte que permitisse, principalmente para as habilidades especializadas, que empregadores viessem a encontrar trabalhadores mais facilmente e vice-versa; e o que o autor denomina de meras economias externas, ou seja, qualquer tipo de facilidade extra-firma gerada pela concentração territorial.

Para uma visão mais completa, define-se o disposto em Krugman, que utiliza-se da conceituação de *linkages*, de Albert Hirschman, através da qual este autor afirma que uma determinada atividade econômica pode vir a gerar, em um determinado território, efeitos de encadeamento e, por conseguinte, rendimentos crescentes de escala.

Para este debate, cabe trazer o o conceito de causação circular cumulativa de Gunnar Myrdall. Neste sentido, traz-se em Osório, Versiani (2013, p.191)

(...) Com base nesses conceitos, constrói a idéia de que uma determinada região, a partir de uma diferenciação inicial causada por exemplo pela existência de um porto ou por algum fato histórico, mesmo que fortuito, poderia vir a desenvolver novas diferenciações relativamente a outras regiões. Nesse processo, existiria uma tensão entre forças centrípetas, que estariam gerando dinamismo para a região em foco, e forças centrífugas, que poderiam vir a estimular a migração de investimentos para outras regiões.

Estes problemas ainda vigoram na temática política e são necessários de serem compreendidos, como complementa Osório em *A Fusão em Debate*



(...) deriva centralmente da história de capitalidade de seu núcleo central, o que faz com que os hábitos e atenções se voltem para a temática nacional, dedicando-se pouca reflexão à questão regional. Isto pode ser visto, por exemplo, a partir da expressão de Arnaldo Niskier, existente no trabalho *Rio Ano 2000*, realizado em 1970, no qual afirma que o carioca descobre, ao final dos anos 60, que, com relação ao conhecimento local, “não passa de um turista apressado.”.

Mesmo após a fusão, tais problemas mantiveram-se, conforme Osorio, Rego, Versianni (2017, p. 81)

Por sua vez, após a fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio, em 1975, os governos persistiram em, por um lado, apresentar uma visão equivocada sobre quais deveriam ser as estratégias de desenvolvimento econômico para a região – no governo Faria Lima, por exemplo, a preocupação centrou-se no setor agrícola, apesar da diminuta participação desse setor no PIB carioca. Por outro lado, adotaram um foco pontual, sem estudos setoriais e uma adequada estratégia e coordenação de políticas. Ou, ainda, simplesmente dispensaram a formulação de quaisquer políticas de desenvolvimento econômico.

Tendo em vista a carência de uma adequada e necessária estratégia de desenvolvimento econômico-social para a cidade do Rio de Janeiro, e posteriormente, após a fusão, para o estado do Rio de Janeiro.

Faz-se necessário relembrar declaração de Raphael de Almeida Magalhães<sup>10</sup>, vice-governador do primeiro governo da Guanabara e coordenador do Programa de Ações Federais no Rio de Janeiro, no correr dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso:

A criação do Estado da Guanabara em si mesma não poderia dar conta das causas que determinaram a decadência da cidade. Teve entretanto o mérito de permitir a autonomia política da cidade, cujo governo pôde, com verdadeiro empenho, tentar, ao menos, recuperar a qualidade dos serviços básicos, enfrentando, com êxito parcial, alguns dos mais agudos problemas de infraestrutura herdados da época da dominação federal (Magalhães, 2001:4-5)

A verdade é que a simples autonomia política não bastava para a viabilização de um projeto de restauração substitutiva da base produtiva da cidade e da sua região, afetada com a perda irreversível da condição de metrópole nacional, nisso, complementa,

(...) Redescobrir funções reorganizadoras das atividades econômicas continua sendo, assim, desde a década dos 50, o verdadeiro desafio 14 para a cidade e sua região. Identificá-las, agora, se inscreve, além do mais, no complexo contexto de nosso tempo, que deve considerar a globalização da economia e a necessidade vital de nova forma de articulação do Brasil com os centros decisórios internacionais. (Magalhães, 2001:4-5)

---

10 MAGALHÃES, Alex Ferreira; Maria Helena Versiani. (Org.). Rio de Janeiro: reflexões e práticas. 1ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, v. 1, p. 126-145.

### 3. CAPÍTULO II – DO INSTITUCIONALISMO

A partir das ideias de Douglas North, cabe destacar que existe um amplo debate sobre o papel das instituições (e do Estado). O autor se pauta em questionar acerca do desenvolvimento ou a riqueza dos Estados tendo como primazia as instituições.

A fim de compreender aquilo que buscava, North separou uma amostra diversa de Estados e buscou observar tais objetos ao longo de um determinado período de tempo, analisando as causas que explicassem a diferença entre os Estados destacados.

O ponto-chave do autor, isto é, aquilo que em sua visão explica o desenvolvimento de cada Estado seriam as instituições que se faziam presente em cada um dos casos observados e suas relações dentro daquela sociedade.

Tais ideias baseiam a análise sobre o Rio de Janeiro e suas complexidades e possíveis perspectivas, sendo um marco teórico importantíssimo sob o ponto de vista do Direito.

#### 3.1 - Do conceito

Neste sentido, cabe compreender a que ele se referia quando indicou as instituições como elemento decisivo em sua análise, definindo em um primeiro momento, o conceito de instituições e indicando a importância que tinha em sua teoria.

Tal definição é exemplificada pela seguinte frase, "instituições são regras do jogo" em Gala<sup>11</sup> (2003) , e tais regras tem como objetivo básico criar condições, estímulos, limites, que organizem as interações políticas, econômicas e sociais dentro daquela sociedade.

A fim de se ter uma visão ampla, deve-se estudar o processo de formação destas regras e como elas afetam o comportamento de atores que estão interagindo nos ambientes políticos, econômicos e sociais.

Neste âmbito, destaca-se o presente em Gala (2003. p.92)

---

11 GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglass North. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003, p.101

O ponto relevante está na relação entre os estados que nasciam e a classe produtiva em geral. Mais especificamente, nas leis e regras que iam sendo geradas pelo sistema político para ordenar a atividade econômica. Como veremos adiante, o desempenho econômico das sociedades resultará sempre, em última análise, de suas dinâmicas institucionais.

Tais regras seriam, para o autor, divididas no foco do Estado e nas suas organizações, na formulação de regras formais e regras informais e práticas, que são padrões de relação entre o Estado, Mercado e a Sociedade, conforme Gala (2003, p.95)

Importante também é a divisão destas em formais e informais. Sendo as primeiras leis e constituições formalizadas e escritas, em geral impostas por um governo ou agente com poder de coerção (North, 1990: 46), e as segundas, normas ou códigos de conduta, formados em geral no seio da própria sociedade (North, 1990: 36).

North compreende que as boas instituições são aquelas que geram desenvolvimento, que criam condições adequadas e provêm estímulos para o desenvolvimento do Estado. Para além, visa compreender as possibilidades de melhora do ambiente institucional, como alguns Estados conseguem e outros não.

Neste sentido, cabe destacar Gala (2003, p.93)

Para North, a chave do problema econômico não está no avanço tecnológico ou na acumulação de capital. Está nas regras ou arranjos institucionais que estimulam ou inibem atividades nesse sentido. O que a literatura econômica atual considera causas do crescimento nada mais são do que consequências de uma dada matriz institucional específica. No limite, as causas do crescimento, identificadas por essa visão, são o próprio crescimento (North e Thomas, 1973:2).

North visa buscar regras que assegurem uma alternância saudável no poder, exigindo-se, portanto, uma esfera democrática e plataformas políticas atuantes, em eleições livres e justas, com modelos estabelecidos que compreendam a existência de partidos e suas atuações, além da previsão de um sistema de *check and balance* (freios e contrapesos), privilegiando sempre ambientes democráticos.

Indica a necessidade de desconcentrar o poder, exigindo-se regras previsíveis, claras e estáveis, indicando, portanto, a necessidade de uma segurança jurídica que paute as relações políticas e sociais, valorizando a atuação do Direito, pois regularia tanto a formação quanto o processo de mudança das instituições, valendo-se como um elemento essencial em sua obra.

Relevante citar, a partir de Gala (2003, p.95), também a importância das ideologias em North,

(..) além da importância na sustentação de regras informais, as ideologias têm grande influência na constituição das regras formais de uma sociedade. Ao impregnar a tomada de decisão dos agentes políticos, estão também na base da formação de nossos códigos escritos; as ideologias importam para o entendimento das regras e leis que derivam do funcionamento do sistema político. Seja no comportamento de governantes, de grupos de interesse ou ainda de agentes do sistema judiciário, é somente por meio do conceito de ideologia que podemos entender a construção do arcabouço legal de uma sociedade (North, 1981:56-57).

### **3.2 - Da institucionalidade carioca e fluminense**

Relacionando todo o aporte teórico exposto, cabe destacar a perspectiva de Osório (2017, p.76), que trata de uma “fratura institucional” na política da cidade, a partir da transferência da capital federal da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de Brasília, o qual define, a partir de conceitos teóricos,

Utilizando a conceituação de economistas institucionalistas como Douglass North (1993), Geoffrey Hodgson (1997) e Thorsten Veblen (1934), que definem instituições como normas formais (leis e regulamentos) e informais (história, cultura, hábitos e rotinas), podemos afirmar que a cidade e o antigo estado do Rio de Janeiro, a partir da transferência da Capital Federal para Brasília, em 21 de abril de 1960, sofreram uma ruptura em seu marco institucional.

Sob este ponto de vista, compreende-se que o Rio de Janeiro detinha um dinamismo econômico devido a sua condição institucional, isto é, de ser a capital federal, assim como ter em seu território o mais importante porto do país, conforme já demonstrado anteriormente, fatos relevantes para arrecadação e desenvolvimento da região.

Assim sendo, com a transferência da capital para o Brasília, a cidade do Rio de Janeiro começa a ter uma perda relativa de importância no cenário nacional ao sofrer uma ruptura em seu marco institucional, conforme afirma o autor, embora a população, de uma forma geral, tenha levado um certo tempo para se dar conta deste fenômeno.

Para além, em Osório (2017, p.77), identifica-se que o eixo de capitalidade da cidade esvazia o debate relativo ao conteúdo local, demonstrando uma característica específica do Rio, que faz-se importante destacar,

A forma como se organizou a institucionalidade local da cidade do Rio de Janeiro – ao lado de sua história de capitalidade – influenciou para que o debate e o jogo político local perdessem força na região, contribuindo assim para a conformação de um particular quadro de carência no tocante à reflexão local.

Dentro desta perspectiva, traz-se um argumento de extrema relevância para o assunto abordado, que é o fato de existir uma má compreensão sobre a situação da cidade e do Estado, nuance derivada da falta de reflexões regionais, que ocasiona, inexoravelmente, uma condução e aplicação de políticas ineficientes no tocante as reais necessidades que se apresentam e que precisam ser enfrentadas.

A partir de Osorio, Rego e Versiani (2017, p.76)

Como sugere Douglass North (1993), uma determinada conformação institucional cria hábitos e rotinas arraigados, nos quais as questões de escolha se apresentam como algo regular, repetitivo e evidente, de tal modo que cerca de 90% de nossas ações em vida seriam realizadas de forma basicamente automática. É nessa perspectiva que se pode aferir que a cultura de capitalidade do Rio de Janeiro acabou por contribuir para que nessa região não ocorresse, de forma imediata, a percepção da quebra da dinâmica institucional a partir de um fator “exógeno” (a mudança da Capital Federal para Brasília, em 1960).

Traz-se aqui a ideia de hábitos, extremamente relevante para compreender o porquê de forma sucessiva as análises sobre o Rio de Janeiro serem eivadas de vícios, pautando-se em mitos e em inverdades.

Geoffrey Hodgson<sup>12</sup> afirma também que o institucionalismo compreende os indivíduos a partir do modo como estão situados e envolvidos em seu mundo social. Dessa forma, as suas funções e preferências não seriam dadas e fixas, mas sim construídas e reconstruídas socialmente, em um contínuo processo de adaptação e mudanças.

Hodgson (1997, p.10) contribui,

[Veblen] escreve: Uma linha de ação habitual constitui uma linha habitual de pensamento e dá o ponto de vista através do qual os fatos e eventos são apreendidos e reduzidos a um corpo de conhecimento. As instituições criam e reforçam os hábitos de ação e pensamento: a situação de hoje molda as instituições de amanhã, através de um processo coercivo e seletivo, através da ação sobre a visão habitual do homem das coisas e dessa forma alterando ou fortificando um ponto de vista de uma atitude mental trazida do passado.

---

12 HODGSON, Geoffrey M. Economia e evolução: o regresso da vida à teoria econômica. Oeiras: Celta, 1997

Ou seja, por um lado, conforme identificado por institucionalistas como Geoffrey Hodgson e Douglass North, uma determinada cultura influencia a conformação de certas formas de raciocínio e de percepção do mundo, podendo dificultar a compreensão imediata de uma mudança gerada a partir de um fator exógeno – no caso aqui em exame, as consequências advindas para o Rio de Janeiro com a mudança da Capital Federal para Brasília, em 1960.

### **3.3 – Marco de poder e o chaguismo**

North introduz a noção de equilíbrio institucional North, (1990, p.86). Uma dada sociedade estará nesse equilíbrio quando, dada as condições correntes, nenhum de seus agentes (organizações) tiver estímulo para alterar as regras formais e informais (instituições) sob as quais essa sociedade opera North, (1990, p.86)

A partir desta visão, identifica-se que no Rio de Janeiro não ha um equilíbrio institucional, e, portanto, visando entender, destaca-se que esta análise leva em consideração a relação entre o fenômeno do chaguismo, que tem origem no golpe militar de 1964, com a fratura institucional ocasionada na cidade e no Estado do Rio pela retirada do estatuto federal da cidade, sob a luz da teoria institucionalista.

O fenômeno do chaguismo, cujo nome dado é em referência ao governador da Guanabara entre 1971 e 1975 e do nascente Estado do Rio de Janeiro durante o período de 1979 a 1983, representa um marco institucional relevante para a história do Rio de Janeiro.

O poder político de Chagas Freitas e de seus seguidores tem como marco inicial o golpe de 1964, pelo qual se instaurou um regime autoritário no Brasil, onde a atividade parlamentar foi reduzida a dois partidos, o Arena (situação) e o MDB (oposição), este segundo o qual o político era filiado e exercia seu poder político.

A fim de se esclarecer como se deu a consolidação, cabe destacar o recrudescimento do regime, a partir do AI-5, quando ocorreu uma reestruturação no partido de oposição, com diversas cassações políticas.

Durante tal momento, Chagas Freitas, terminou obtendo grande notoriedade política (tornou-se presidente do MDB do Rio), passou a controlar a filiação, a concorrência aos cargos legislativos e visou os diretórios regionais, ou seja, conforme o regime se consolidava na esfera nacional, Chagas Freitas se fortalecia na esfera local, colocando o Rio sob sua tutela.

Tais nuances são descritas, de acordo com Versiani<sup>13</sup>(2016) "Assim, resta absolutamente plausível afirmar que o fechamento do sistema político brasileiro, a partir de 1964, e o seu recrudescimento em 1968, corroboraram para a hegemonia de Chagas Freitas no MDB carioca."

A partir da pesquisa da autora, compreende-se que Chagas Freitas detinha o poder de informar, podendo alavancar candidaturas, detinha o poder de coordenar, podendo escolher quais seriam as candidaturas.

Portanto, detinha meios para consolidar a política sob a sua tutela individual, em um caráter definido como fisiológico, pautado nos diretórios regionais que visavam satisfazer seus redutos eleitorais, o qual foi definido como “clientelista” pela autora.

O partido MDB, de Chagas Freitas, era uma grande congregação de políticos de diversas matrizes ideológicas, que tinham um objetivo comum de se opor ao regime autoritário e defender um modelo democrático.

Entretanto, diversos políticos que adentraram no partido tinham como um simples intuito, obter algum tipo de vantagem individual, não tendo, portanto, nenhum tipo de ideologia caracterizante em suas atuações.

Podendo variar conforme a necessidade de seus redutos eleitorais, inclusive podendo atuar como uma oposição de fachada, como de fato ocorreu com o MDB do Rio, que não entrava em conflito com o governo federal. A consolidação política ocorreu, conforme Versiani (2016 p.138-139),

A ascendência da corrente chaguista na Câmara dos Deputados representaria a consagração do viés fisiológico e clientelista do fazer político de Chagas Freitas. Os

---

13 VERSIANI, Maria Helena . O Rio de Janeiro na República da Ditadura. In: Mauro Osorio; Alex Ferreira Magalhães; Maria Helena Versiani. (Org.). Rio de Janeiro: reflexões e práticas. 1ed.Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, v. 1, p. 138

parlamentares chaguistas atuavam, principalmente, atentos a problemas específicos que afligiam determinados grupos ou categorias profissionais, desse modo estabelecendo elos identitários com certos segmentos do eleitorado carioca. Tais práticas, que são caracterizantes do fenômeno do chaguismo, trouxeram inúmeros prejuízos ao Rio de Janeiro, em um primeiro momento, ao descaracterizar a oposição, um claro prejuízo democrático, em um segundo momento, em adotar um caráter fisiologista e clientelista pautado em uma figura individual.

Portanto, a atuação política não era desenvolvida em cima de necessidades da cidade ou do estado, em compreensões sofisticadas sob a tutela da ciência ou em cima de valores e princípios, mas sim em interesses privados, conforme destaca Versiani (2016 p.142)

Tratava-se, pois de uma lógica desagregadora do ponto de vista da construção de alternativas sociais abrangentes. Em lugar de discutir o modo como deveriam ser conduzidas as questões públicas e a implementação de políticas amplas, o que se procurava era usar de influência política em favor de proposições particularistas.

A partir desta compreensão, cabe destacar a trajetória política de Chagas Freitas, que teve como eixo principal o fato de deter a propriedade de jornais locais, como o jornal O Dia, de grande circulação na época, que serviu como um instrumento que facilitou a congregação de apoios locais e de sua própria eleição.

A política acabava detendo um grande poder de transmitir informações em um período no qual vigorava a censura, portanto, tal poder era aproveitado a fim de se obter vantagens eleitorais e forjar uma hegemonia política na cidade sob sua tutela, rejeitando uma perspectiva nacional, pautada em princípios ou uma perspectiva regional, pautada nas necessidades de desenvolvimento.

Além disso, um prejuízo também relevante, é o fato destes interesses serem confundidos com os do governo, desta forma, preservando o poder e nisso, Versiani (2016 p.143) completa,

Quando pensar a organização e a estrutura política do país não constitui uma parte essencial da atividade dos governantes, o *status quo* encobre-se de certa naturalidade e as regras sociais passam a existir para garantir a preservação da hierarquia de poder vigente e a execução de determinado projeto político de sociedade.

Logo, identifica-se um marco de poder instituído na cidade a partir do golpe de 1964 sob a tutela do chaguismo, alterando as regras do jogo, tornando o ambiente menos livre e democrático, durante um período em que já se vigorava um regime autoritário.



Tal marco perdura até tempos recentes, conforme Osório, Rego e Versiani (2017, p.82),

Essa lógica fez história ao longo dos anos, conforme podemos verificar pela declaração da governadora Rosinha Garotinho (2003-2006), publicada no jornal O Globo, de 10 de outubro de 2003, em que ela analisa que, na região fluminense, após o chaguismo e o brizolismo, “por que não o garotismo?”.

Ou seja, na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, no novo estado do Rio viria a ocorrer, através dos processos históricos de permanências e mudanças, a coexistência entre uma lógica nacional cada vez mais inorgânica e uma lógica clientelista e fragmentária crescentemente hegemônica no plano estadual.

Tal realidade gera um marco institucional que desestrutura com particularidade o poder público na região e dificulta a organização consistente de estratégias e políticas regionais.

## 4. CAPÍTULO III – DA DECADÊNCIA

### 4.1 – Decadência política

Conforme destaca Sobral<sup>14</sup> (2017), é relevante discutir como o ciclo econômico político discutido por Kalecki<sup>15</sup> (1977) se aplica ao caso brasileiro.

Segundo esse autor, a classe capitalista como um todo faz grave objeção a um ativismo estatal que, através do gasto governamental, busque a manutenção do pleno emprego na economia. Essa classe defende que a estabilidade macroeconômica depende basicamente de uma estabilidade política capaz de sustentar um estado de confiança e que é conquistada, por um lado, com a manutenção de finanças públicas sadias e, por outro, com a difusão do princípio moral da meritocracia sobre os empregados.

E complementa, tratando dos interesses da elite dominante,

Em grande medida, isso significa impedir que os interesses sociais representativos a partir do Estado se sobreponham aos interesses particulares da classe capitalista, bem como garantir a disponibilidade de oferta abundante de mão de obra e sua disciplina diante das expectativas de ganho das lideranças empresariais.

Kallecki apud Sobral (2017, p.401), o poder político dá às elites dominantes um poderoso controle indireto sobre a política governamental, isto é, quem dita as regras do jogo, nos termos institucionalistas e, finaliza lembrando que tudo que possa abalar o estado de confiança deve ser evitado,

(...) Mas, uma vez que o governo aprenda o truque de aumentar o emprego por meio de suas próprias despesas, esse poderoso mecanismo de controle perde sua eficácia. Daí que os deficit orçamentários passam a ser encarados como perigosos (...). Mas mesmo se essa oposição fosse superada – como poderia acontecer sob pressão popular –, a manutenção do pleno emprego custaria mudanças sociais e políticas que dariam um novo ímpeto à oposição dos líderes empresariais.

No caso do Rio, o estado de confiança foi plenamente afetado, especialmente em sua esfera política, onde a população paulatinamente passou a questionar as autoridades, especialmente os governantes, isto é, aqueles que exercem a política governamental.

14 SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. “A evidência da estrutura produtiva oca: o Estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional”. In: MONTEIRO NETO et al. Desenvolvimento Regional no Brasil: Políticas, estratégias e perspectivas. Brasília: IPEA, 2017, p. 401

15 KALECKI, M. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977.

Sobre o assunto, Sobral (2017, p.401), em cima dos dizeres de Kalecki, relembra sobre os ciclos políticos.

Entretanto, qualquer visão pessimista do futuro que retraia as expectativas empresariais e trave suas decisões de gasto é atribuída à desconfiança moral e às tensões sociais que supostamente a intervenção estatal provocou. Dito em outras palavras, inverte-se a lógica de modo que o cerne da crise passa a ser visto como uma instabilidade política causada pelas políticas públicas.

No caso do Rio, isso se mostra claro tendo em vista o envenenamento do debate, quando se restringe à corrupção todas as mazelas do Estado, o que não significa retirar a importância de se combatê-la, evidentemente, mas sempre entendendo que é um produto do processo de decadência e não a causa em si.

Adentrando em algumas especificidades fluminenses, decadência da classe política e as razões do Rio ter seu estado de confiança abalado, é facilmente identificado, isto é, dá-se de forma bem clara com as sucessivas prisões de seus governantes.

Tais quais Anthony Garotinho, Sérgio Cabral, Clarissa Garotinho, Luiz Fernando Pezão, que estiveram presos de forma simultânea, além da prisão de Moreira Franco, também ex-governador.

Para além, ainda tem-se a prisão de três presidentes da Assembléia Legislativa, como Jorge Picianni, Paulo Melo e Sérgio Cabral, com diversas acusações. E também de quatro conselheiros, além do presidente, do Tribunal de Conta do Estado em diversas ações judiciais.

Tais questões ocorrem devido ao caráter clientelista que se faz presente nas relações políticas no território fluminense, conforme demonstrado sob o ponto de vista teórico, das instituições, da economia, com o estado de confiança abalado, mas também demonstrado na prática, com o chaguismo e suas consequências.

Que envolvem casos de corrupção que caminham desde autorização para obras, nos mais diversos trechos do Estado, até concessões de equipamentos esportivos, como o Complexo do Maracanã, além das execuções de obras financiadas com dinheiro público, como as obras do PAC.

Um outro ponto a ser destacado é o fato de que a crise que se instaurou no Brasil em 2015 teve como um de seus eixos centrais a Petrobras, a empresa brasileira mais importante, que está sediada na cidade do Rio e o conjunto do complexo, impactados pela queda do preço internacional do petróleo e também pelas investigações de corrupção do Ministério Público e da Polícia Federal.

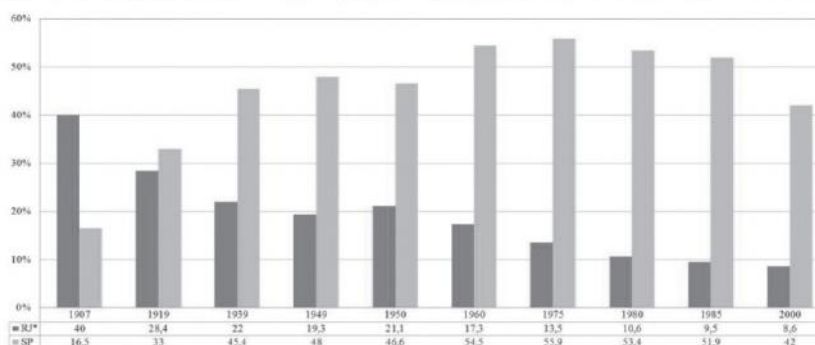
#### **4.2 – Decadência econômica**

A importância do Rio de Janeiro até então já fora demonstrada, porém, cabe destacar que a partir de um determinado período, embora ainda se tratasse do centro político do país, o Rio de Janeiro já não mais liderava o crescimento econômico desde meados da primeira década do século XX, para tal, destaca-se em Osório, Rego, Versiani (2017, p.2)

(...) contudo, dados do Censo de 1919 mostram que, naquele ano, o PIB industrial do Estado de São Paulo já superava o carioca, e era o Estado paulista que liderava o processo de crescimento econômico brasileiro

A fim de se retratar tal ponto de vista, traz-se um gráfico contendo os dados econômicos ao longo do século XX do Rio de Janeiro e de São Paulo, no âmbito da produção industrial e do impacto das duas entidades federativas no Brasil.

**Gráfico 1.** Rio de Janeiro e São Paulo: participação na produção industrial do Brasil entre 1907-2000



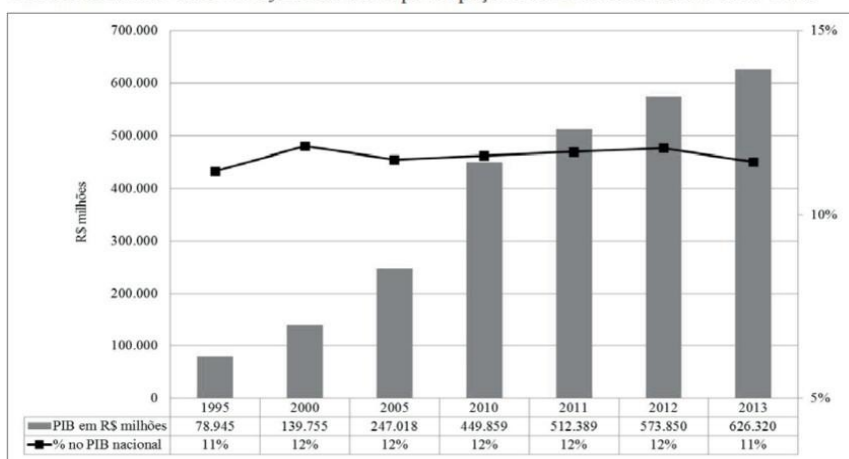
\*Soma da cidade do Rio de Janeiro com o estado do Rio de Janeiro no período de 1907-1975.

Fonte: Melo (2001) e Araújo e Melo (2014). Gráfico elaborado pelo autor.

Identifica-se uma clara queda da participação do Rio de Janeiro na produção industrial brasileira entre as décadas de 60 e 70, pelos motivos explicados anteriormente, porém, agora comprovados.

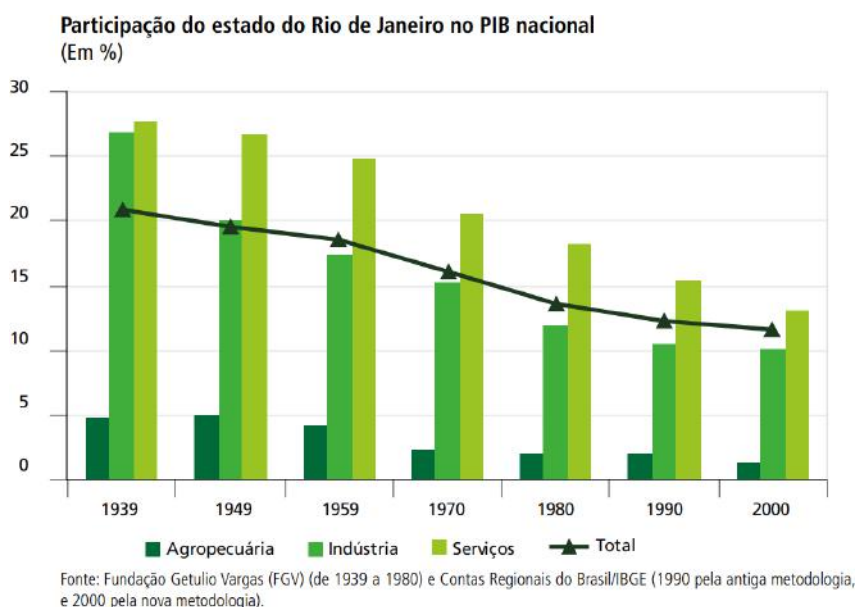
A fim de se isolar o objeto de pesquisa, que é o Rio de Janeiro, em termos econômicos, identifica-se uma queda histórica e paulatina de sua participação no PIB do Brasil, durante diversos ciclos, perpassando da Era Vargas, pela Ditadura Militar até chegar no período da redemocratização.

Em termos mais recentes, cabe identificar uma estagnação na participação do Estado do Rio de Janeiro no PIB brasileiro no período de 1995-2013, o que é mais um indicativo do baixo dinamismo da economia fluminense, tendo em vista o crescimento de outros estados.

**Gráfico 3.** Estado do Rio de Janeiro: PIB e participação no PIB nacional entre 1995-2013

Fonte: Autor, 2015.

Para além do demonstrado, cabe destacar que o Rio tem dificuldades históricas de organizar estratégias, conforme Sobral (2016, p.17), “isso porque sua trajetória foi sempre marcada pela sobre determinação do grande capital mercantil e um vácuo em estratégias para desenvolver um sistema de forças produtivas mais avançado”.



Segundo Sobral (2017, p.10), tal perspectiva poderia ser ainda pior,

(...) esse resultado poderia ser bem pior, revelando a continuidade da perda de participação relativa na economia nacional, se fosse descontado o despenho do setor extrativo mineral estimulado mais por uma política nacional do que por qualquer estratégia de desenvolvimento estadual.

Isso fica claro ao se verificar os efeitos indutores limitados sobre a indústria de transformação fluminense. Em uma perspectiva histórica maior, a tabela 3 mostra que a participação dessa última indústria no valor de transformação industrial (VTI) nacional caiu pela metade (passou de 15,7% para 7,3%) entre o início da década de 1970 e meados da década atual.

**Participação das UFs selecionadas no VTI nacional**  
(Em %)

UF	1970	1980	1985	1996	2003	2007	2011	2014
São Paulo	58,1	53,4	51,9	50,9	43,8	42,5	40,8	37,8
Minas Gerais	6,5	7,7	8,3	8,4	9,1	10,2	9,6	9,6
Paraná	3,1	4,3	4,9	5,4	7,3	7,5	8,1	8,3
Rio Grande do Sul	6,3	7,3	7,9	7,9	8,4	7,4	7,7	8,3
Rio de Janeiro	15,7	10,6	9,5	8,1	8,0	7,3	8,0	7,3
Santa Catarina	2,6	4,1	3,9	4,6	5,0	5,0	5,3	6,2
<b>Brasil</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA)/IBGE.

Por conseguinte, os efeitos desse processo se fazem mais presentes no caso do estado do Rio de Janeiro. Em particular, os impactos sobre o mercado de trabalho não são desprezíveis, devido à concentração em atividades menos intensivas em mão de obra.

De toda forma, fica claro que, entre 1996 e 2007, o peso da produção de *commodities* na estrutura industrial fluminense se tornou superior ao peso desse grupo na estrutura industrial brasileira (respectivamente, em 2007, 65,7% e 43,4%).

Isso indica uma repremarização da economia fluminense, isto é, além da perda de relevância, demonstra-se também uma perda de complexidade, tendo em vista que o peso das *commodities* passaram a ser maiores que a média nacional.

#### 4.3 - Da geração de empregos

Para compreender melhor a situação da geração de emprego, cabe destacar o apresente em Osório, Rego e Versiani (2017, p.83)

A particular estagnação do conjunto da economia carioca e fluminense evidencia-se também no fato de que o estado do Rio de Janeiro, que apresentava, em 1985, a segunda posição, entre todas as unidades federativas brasileiras, no que tange ao número de empregos formais gerados no conjunto das atividades públicas e privadas, estando atrás apenas de São Paulo, tenha sido, desde 1999, ultrapassado por Minas Gerais, caindo para a terceira posição no ranking das unidades federativas.

Isto é, o Rio foi sendo paulatinamente ultrapassado por outros Estados, com um enfoque na geração de empregos, o que se faz em presente em Osório, Rego e Versiani (2017, p. 83)

Na mesma linha, de acordo com dados do Ministério do Trabalho (RAIS/MTE), o estado do Rio de Janeiro apresentou, entre 1985 e 2014 (a série mais longa disponível com a mesma metodologia), um crescimento do emprego formal de 73,6%, contra um crescimento no total do país de 141,9%, o menor crescimento entre todas as unidades federativas brasileiras.

No que se refere ao emprego especificamente na indústria de transformação, a perda foi ainda mais acentuada. O Rio de Janeiro passou da segunda posição, em 1985, para a sexta posição, em 2014, sendo ultrapassado por Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Versiani, Osório e Reis (2019) indicam, em artigo no O Globo,

(...) além disso, sofreu de forma bem mais grave a crise política e econômica brasileira, a partir de 2015. Por exemplo, entre janeiro de 2015 e setembro de 2019, enquanto no total do país a queda do emprego com carteira assinada foi de 5,3%, no estado foi de 15,5%, segundo o Ministério da Economia e o IBGE.

Dentro de um olhar mais atento, faz-se necessário destacar que o Rio possui uma periferia metropolitana extremamente precarizada, seja do ponto de vista econômico, Osório, Versiani e Reis (2019), cabe destacar artigo publicado em O Globo, “Justiça e juízo, por favor”,

Em um ranking, para o ano de 2018, da relação entre o número de empregos formais privados e o total da população, abarcando os 77 municípios das regiões metropolitanas brasileiras com mais de 200 mil habitantes — com exceção da capital, de Niterói e Petrópolis, municípios com maior presença de classe média —, todos os municípios da periferia da metrópole carioca encontram-se abaixo da 52ª posição.

Desta forma, portanto, indica-se uma precariedade da periferia na geração de empregos, o que é extremamente problemático, tendo em vista que muitas das cidades são



tidas como meramente dormitórios, conforme o demonstrado em Osório, Rego e Versiani (2017, p.88)

Não só pelo fato de a RMRJ concentrar 74,3% da população fluminense; 77,4% dos empregos formais do estado; e 64,7% do PIB do estado, mas, também, por ser a região, no território fluminense, com maiores desafios do ponto de vista socioeconômico e da desigualdade social (IBGE e MTE). Em primeiro lugar, a periferia metropolitana ainda é basicamente dormitório, o que gera diversos problemas, como, por exemplo, a existência, na quase totalidade de seus municípios, de uma diminuta base produtiva para arrecadação de receita pública municipal.

#### **4.4 - Da arrecadação**

Já sob o ponto de vista da disponibilidade de receita fiscal, ponto de vista importante para o Estado, apesar de o Estado possuir o segundo maior PIB do país, a sua Receita Corrente Líquida (RCL) por habitante está apenas na 11<sup>a</sup> posição, entre todas as unidades federativas brasileiras.

Além disso, entre os 15 municípios fluminenses com mais de 200 mil habitantes, apenas três aparecem até a 1.000<sup>a</sup> posição em termos de RCL per capita, o que é pouco, tendo em vista a importância do Estado.

Igualmente expressivo é o fato de Minas Gerais ter ultrapassado o estado do Rio de Janeiro, em 2004, conforme indica Osório, Rego e Versiani (2017, p.83) no que tange a receita gerada pelo imposto estadual de ICMS.

Ampliando, por consequência, a dependência do estado do Rio de Janeiro em relação às receitas de *royalties* derivadas da atividade petrolífera.

#### **4.5 - Dos *royalties***

Neste assunto, dados publicados pela Agência Nacional de Petróleo mostram que, caso os ministros do STF considerem que a Lei sobre a redistribuição de *royalties* é constitucional, o território fluminense pode enfrentar a perda de R\$ 68,4 bilhões durante os próximos cinco anos.

Além disso, o Estado do Rio de Janeiro será obrigado a devolver R\$ 32 bilhões arrecadados desde 2012, o que ocasionaria um prejuízo severo aos cofres estaduais, que já são combalidos e que preveem déficit na ordem de 44 bilhões para o ano que vem (2020).

#### 4.6 - Da educação

A precariedade fluminense evidencia-se também nos indicadores sociais, tendo em vista tal precarização, seguindo o escrito em Osório, Versiani e Reis (2019)<sup>16</sup>,

Em um ranking do ensino fundamental público de 1ª a 5ª série (2017), incluindo todos os municípios brasileiros, vê-se que, entre os mil primeiros colocados, não há nenhum município fluminense. Entre a 1.000ª e 2.000ª posição, estão apenas oito municípios fluminenses, já para além da 3.000ª posição, estão 56 dos 92 municípios fluminenses

Na Zona Suburbana, esse percentual, em 2010, chegava a ser de 38,8% na área do Jacarezinho; de 32,9% no Complexo do Alemão; de 32,5% na Penha; de 30,1% em Anchieta; de 30,0% na Pavuna; e de 29,5% na Maré. Na Zona Oeste, atingia 38,4% em Santa Cruz; 35,1% em Bangu; e 33,0% em Guaratiba.

Além disso, cabe uma comparação, conforme os escritos por Osório, Rego e Versiani (2017, p.84)

(...) enquanto na Região Sudeste o percentual de nem-nens (aqueles que não estudam e nem trabalham) entre os jovens com 18 a 24 anos de idade era, em 2010, de 24,2%, entre os 21 municípios da RMRJ, 16 apresentavam percentual superior a 30%, sendo que em 8 municípios da metrópole carioca o número de jovens sem estudar nem trabalhar era igual ou superior a 1/3 dos jovens.

Já no interior fluminense, 62 entre os 71 municípios da região apresentavam percentual de nem-nens superior ao verificado para o conjunto da Região Sudeste, o que demonstra uma deterioração do Estado como um todo.

Tais evidências demonstram o descaso, a desestruturação e a decadência do Estado em diversos segmentos, afetando a qualificação no sentido da educação, na

<sup>16</sup> O Globo, “Justiça e juízo, por favor”, 2019.

produtividade, no sentido do trabalho e no bem-estar, tendo em vista a baixa qualidade da infraestrutura, especialmente na sua periferia.

#### **4.7 - Da infraestrutura**

Com relação a infraestrutura, também se atesta a decadência fluminense, tendo em vista os Dados do Censo do IBGE de 2010 que mostram, por exemplo, uma situação tida como grave do ponto de vista habitacional, conforme Osório, Rego e Versiani (2017, p.84),

Organizando-se um ranking, por estado brasileiro, do percentual de pessoas moradoras de favelas, em relação ao total de habitantes, verifica-se que o estado do Rio apresentou, em 2010, um percentual de 12,7%, o terceiro maior entre todas as unidades federativas, melhor apenas do que o Pará e o Amapá, que apresentaram o primeiro e segundo maior percentual. Este percentual era de 6,62% no estado de São Paulo e de apenas 3,07% em Minas Gerais.

Por exemplo, em comparação com São Paulo, existem comparações relevantes a serem feitas, a partir de Osório, Rego e Versiani (2017,p.89)

(...) enquanto o município de São Caetano do Sul, que está presente na periferia da RMSP, que apresenta forte densidade produtiva, possuía, em 2014, uma receita pública per capita de R\$ 6.832,86, o município de Duque de Caxias (RMRJ), muitas vezes percebido no imaginário popular como um município rico, apresentava uma receita pública per capita de apenas R\$ 2.012,51. 32 Isto porque, apesar de a refinaria Duque de Caxias e outras poucas grandes empresas estarem em seu território, o conjunto de sua estrutura produtiva é extremamente rala (Finbra/STN/MF)

Neste caso, versando também sobre o aspecto social, destaca-se o Índice de Bem-Estar Urbano, aplicado para 15 grandes metrópoles do país, mostra que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro encontra-se apenas na 12ª posição, sendo que, no fator mobilidade urbana, encontra-se na lanterna. (Observatório das Metrópoles/Ippur/UFRJ).

Um exemplo da necessidade de se pensar de forma integrada a questão da qualidade de vida na Região Metropolitana, especialmente no âmbito de sua infraestrutura, especialmente na região periférica, evidencia-se em depoimentos de gestores públicos.

Neste caso, ressalta-se sempre o fato de que empresários da iniciativa privada, que visitam o Rio de Janeiro e avaliam a possibilidade de instalar atividades produtivas e, portanto, gerar emprego e renda no Estado fluminense, destacam a falta de cidades organizadas na periferia metropolitana, onde seus funcionários possam trabalhar e viver de forma adequada.

#### **4.8 - Da segurança**

O que acaba não ocorrendo, tendo em vista o quesito da segurança, um tema tão caro a população fluminense e carioca, que sofre diariamente com casos de violência em escalas assustadoras.

O Estado do Rio, se comparado com outros Estados, especialmente comparando os municípios das periferias, atesta-se sua precariedade com uma assustadora facilidade, o que demonstra um grave problema a ser enfrentado.

Por exemplo, comparando os municípios das periferias das principais cidades do Sudeste e suas regiões metropolitanas (Rio, São Paulo e Belo Horizonte) em cidades com cinquenta mil habitantes ou mais, têm-se, em Osório, Rego e Versiani (2017, p.89)

(...) que os municípios com os dois melhores resultados são São Caetano do Sul e São Bernardo, ambos da RMSP, que possuíam, em 2013, taxas de homicídios por cem mil habitantes de, respectivamente, 4,48 e 6,20”.

Por outro lado, quando destacados os vários municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente aqueles que apresentavam elevadas taxas de homicídios, superiores a 40 por cem mil habitantes, conforme demonstram os autores.

Têm-se, por exemplo, Japeri, com uma taxa de 41,67; Itaguaí, com uma taxa de 51,06; Belford Roxo, com uma taxa de 54,23, Duque de Caxias com uma taxa de 60,30; e, por fim, Nova Iguaçu com uma taxa de 63,62 (Datasus), todas elevadíssimas.

Portanto, ao longo do exposto, cabe afirmar que se deve ampliar a reflexão sobre o estado do Rio de Janeiro e suas especificidades territoriais, de forma sistemática, é decisivo para o devido conhecimento e a socialização das informações sobre a realidade atual fluminense.

E para tal, o debate deve se estruturar em maneiras de superar a crise, isto é, debater sobre qual é a agenda que possibilitará a superação das precariedades estruturais, especialmente na região periférica do Rio de Janeiro.

Com a intenção de superar a crise atual e consolidar o início de um círculo virtuoso no conjunto do Estado fluminense, especialmente para sua população, que sofre por diversas razões expostas nesse trabalho.

Deve-se, portanto, pensar a cidade do Rio de Janeiro como espaço de coordenação da economia regional e não somente nacional, pois entre as oito Regiões de Governo, os desafios mais complexos estão na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e em sua periferia.

## 6. CAPÍTULO V – DA PERSPECTIVAS

Após demonstrado a importância histórica do Rio de Janeiro, contextualizado historicamente, apresentado visões que expliquem seu quadro de decadência sob o ponto de vista moral, político e econômico, cabe uma tentativa de apresentar propostas a fim de se reverter tais mazelas.

A fim de se apresentar tais perspectivas, destaca-se a aproximação do Rio de Janeiro com a trajetória econômica brasileira, que pode ser verificada, por exemplo, no fato de que, entre 2008 e 2014, enquanto o emprego formal na Região Sudeste e no Brasil, cresceram respectivamente, 21,6% e 25,7%, no Estado do Rio de Janeiro cresceu 25%.

Porém, para que isso tenha ocorrido, o processo foi se desenvolvendo ao longo do tempo, conforme indica o Sobral (2017, p.422)

Na medida que se esperou ser capaz de configurar ilhas de valorização econômica (em grande medida, apoiadas em pesados pacotes governamentais de incentivos fiscais e financeiros), os nexos com o desenvolvimento brasileiro deixaram de ser encarados como indispensáveis. Dito em outras palavras, o desafio não envolveria assumir um novo protagonismo nacional, mas sim “pular” essa escala (vista como desgastada) e buscar diretamente um protagonismo mundial.

Portanto, a nova aposta de boa parte das elites decisórias deixou de assumir o desafio de retomada de um projeto nacional, visto como algo já superado e, de forma bastante equivocada, resumida ao passado de mera sede do poder federal.

Um artigo publicado por Eduardo Paes (2015), na Folha de São Paulo, ilustra bem esse posicionamento que passa da manifestação de ressentimento para a manifestação de rejeição de seu papel histórico.

A transferência da capital federal para Brasília em 1960 levou o Rio a uma crise de identidade. Sem receber nada em troca, deixou de ser centro do poder e das decisões políticas no Brasil. Lamentando um passado que não voltaria, a cidade parou de seguir em frente e mergulhou num período de degradação. Nos últimos anos, porém, as lamúrias deram lugar à transformação. E se, aos 450 anos, o Rio já não é mais capital política do Brasil, passou a ser o centro dos principais eventos e debates do planeta.

Com uma administração pública com perfil mais próximo da lógica empresarial, executa-se o projeto de construção de uma marca internacional para a cidade do Rio de Janeiro.

Ou seja, um projeto que criaria um ambiente mais favorável aos negócios enquanto um espaço competitivo no contexto da globalização, concorrendo com as demais cidades não só do Brasil, como do mundo, portanto, se inserindo nos destinos internacionais.

A gentrificação cumpre papel fundamental nessa lógica, segundo Lessa (2000, p.368), “o capital imobiliário alavancou essa tendência que converte o novo bairro de fronteira barata para a construção em uma área de rápida e acentuada valorização imobiliária”.

O caso do bairro (quase) planejado da Barra da Tijuca é bastante indicativo dessa lógica aplicada ao Rio de Janeiro, pois, desde como foi concebida e como foi justificada, isto é, que mediante a oferta de solos edificáveis, ocasionaria uma redução do preço dos imóveis no Rio.

Hoje, algumas de suas áreas estão entre as mais valorizadas da cidade do Rio, tendo um destaque absoluto para sua orla, de frente a praia, além de condomínios de luxos que abrigam diversas autoridades, desde governadores até presidentes e ministros.

Enfim, nessa lógica de globalização, destaca-se um complexo possível dentro da cidade do Rio de Janeiro, que se desenvolveria em cima da cultura da cidade, da demanda presente na região e no impacto socioeconômico e cultural que têm-se no país, que é o complexo do entretenimento.

## 5.1 Dos complexos possíveis

O primeiro complexo a ser destacado é o complexo esportivo, tendo em vista que a cidade (sua capital) já tenha sediado com relativo sucesso diversos megaeventos esportivos, como os Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Militares (2011), Copa do Mundo (2014), Olimpíadas (2016), Sulamericana (2017) e está pronta para sediar outros (como a final da Libertadores de 2020).

Além disso, concentra os principais públicos do país, especialmente nos jogos do Flamengo, porém, tendo potencial para mais, conforme demonstrado por estudo da RSSSF, onde dos 100 maiores públicos da história do Brasil, 93 estão no Maracanã, portanto, no Rio.

Cabe destacar que o esporte acaba sendo importante no aspecto cultural, tendo em vista o peso do futebol no Brasil no dia-a-dia, seja através das transmissões televisivas, seja ocupando bares, casas, enfim, espaços de lazer todas as semanas, atendendo ao aspecto social, de integração das camadas mais humildes.

Porém, é capaz de atender outros aspectos, como a possibilidade de geração de renda e emprego, como se comprova em países desenvolvidos, como a Inglaterra, conforme estudo da EY.

Foi demonstrado, por exemplo, que a contribuição econômica da Premier League (a liga nacional da Inglaterra), dentro do território inglês, na arrecadação de impostos, foi na ordem de 3.3B de euros, durante o período de 2016 e 2017 (temporada europeia), EY (2019,p.3).

Para além, demonstrou-se que pela atratividade do campeonato, recebeu-se 555M de euros de visitantes internacionais, isto é, gastaram por volta de 0.5B de euros devido a capacidade de geração de receitas da indústria do futebol.



Os atletas, por exemplo, pagaram em impostos na ordem de 1.1B de euros, trazendo um ganho substancial para a arrecadação. Para além, um fator a ser destacado, é a geração de até 100 mil empregos dentro dessa indústria, que é somente uma dentro de tantas outras formas de se prover entretenimento.

Conforme a EY (2019, p.8) , foram gerados 100 mil empregos integrais (ou equivalentes) durante o período de 2016/17, apresentando um crescimento de 30% em comparação a temporada 2013/14.

The activity of the League supported almost 100,000 full-time equivalent (FTE) jobs across the UK in 2016/17. This represents a 30% increase since 2013/14. The majority of these jobs were underpinned by the League's substantial supply chains, which accounted for 87,000 jobs both through indirect (52,000) and induced (35,000) impacts. Of the total employment impact, 90,300 was supported by Clubs, with the remainder supported by the Premier League(8,800).

Portanto, uma indústria esportiva pode gerar receita para o Estado, gerar emprego para a população, servir a interesses dos mais diversos, desde integração social das camadas mais pobres até atrair turistas que participem desta indústria.

Tal nuance é possível ser reproduzida, em uma perspectiva mais regionalizada, tendo em vista o disposto por Paulo Vinícius Coelho, em sua coluna na folha de São Paulo, “Com Jesus, Flamengo quer jogar bonito por projeto de clube global” (2019), que versa acerca dos planos do CR Flamengo, o maior clube do Brasil,

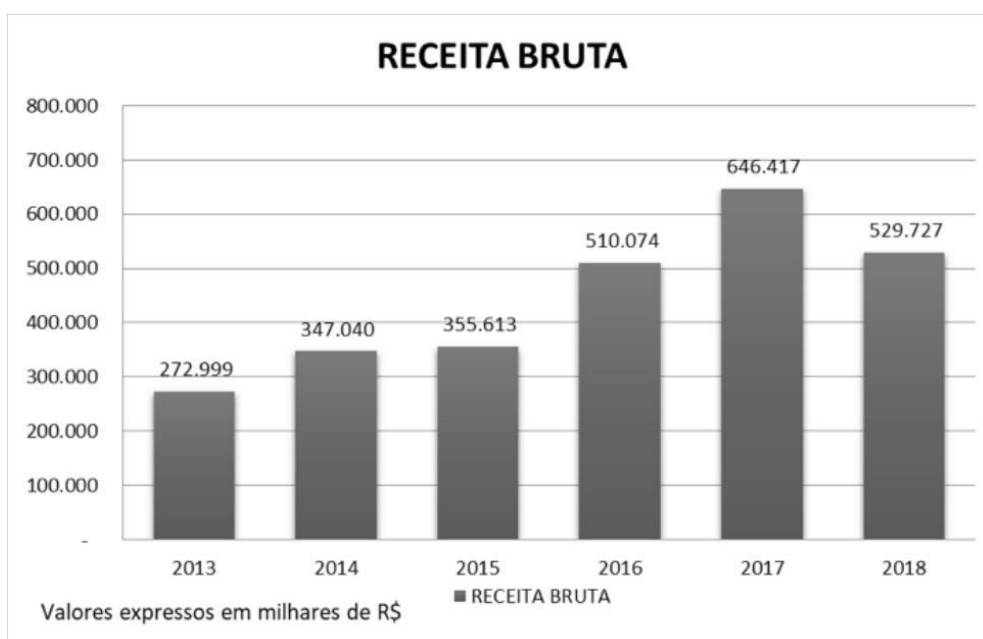
(...) No Brasil, a quarta-feira foi de febre nos aeroportos. Do total de 63.409 pagantes no Maracanã, 13 mil rubro-negros chegaram de fora do Rio (20%). A mesma porcentagem que se calcula de estrangeiros em partidas de Barcelona e Real Madrid, pela liga espanhola ou Champions League.

A ideia central apresentada é se aproximar de uma lógica mais globalizada, isto é, da venda de um padrão de consumo estético (um futebol bonito), gerando atratividade e, portanto, o consumo, indo ao encontro da perspectiva apresentada anteriormente.

Tal impacto ainda não é sentido em escala global, como os europeus, mas de uma escala menor, dentro do Brasil, onde 20% do público do Maracanã em um jogo

importante foram de brasileiros que residem fora do Rio de Janeiro e se locomoveram para a cidade a fim de participar do evento.

É possível consolidar tal nuance tendo em vista que o Flamengo, a partir de 2013, quando iniciou seu projeto de reestruturação administrativa e econômica, já alcançou patamares recordes nos últimos anos, conforme relatório de gestão (2013-2018).



Nesse aspecto, portanto, uma possibilidade, como indica Osório, Rego e Versiani (2017, p.88)

(...) é buscar uma política que transforme a cidade do Rio na Capital do Esporte da América Latina. Outra possibilidade deriva do fato de que hoje em dia complexos esportivos não servem apenas como palco para competições, atendendo também outras atividades de entretenimento e lazer.

Por fim, completa Sobral (2017, p.422)

A partir da década de 1990, o município do Rio de Janeiro passou a ser visto como um espaço vocacionado supostamente para se tornar uma cidade global, e o resto da economia fluminense dependeria da capacidade de recortar as parcelas mais dinâmicas e competitivas do território para a implantação de elos especializados em articulação direta às cadeias globais de valor.

Logo, torna-se possível que tais planos sejam possíveis, tendo em vista o aumento de receitas, a vocação da cidade, a infraestrutura necessária e a demanda efetiva que se comprova nos grandes eventos esportivos que a cidade recebe.

Obviamente não se pretende restringir somente ao complexo esportivo, tendo em vista que o esporte está inserido no âmbito do entretenimento, que é diversificado e multifacetado, pois abarca música, cinema, festivais, esportes, eventos, onde o Rio também tem sua participação.

O case mais destacado é do Rock in Rio, por exemplo, que ocorreu no Parque Olímpico da Barra, ativando um legado olímpico da cidade, que está abandonado, mas que também tem sediado eventos diversos, como finais de Basquete (Mundial da FIBA 2019 – CR Flamengo) e finais *e-Sports* (Campeonato Brasileiro de League of Legends – CR Flamengo e Free Fire, com SC Corinthians Paulista, na Arena Carioca).

A fim de se fazer valer a consolidação de uma indústria em determinada localidade, faz-se necessário um adensamento produtivo, que do ponto de vista setorial, têm-se como importante examinar e aprofundar as pesquisas e debates sobre as atividades e os complexos produtivos com maior potencialidade no estado do Rio de Janeiro.

Neste sentido, cabe destacar Osório, Rego e Versiani (2017, p.85)

No início do século XXI, a economia do estado do Rio de Janeiro volta a apresentar, após décadas, uma aproximação com a trajetória da economia brasileira. Isto tem relação com a atração de investimentos para a região, que se inicia em meados dos anos 1990 e que começa a impactar os indicadores econômicos, principalmente a partir do final da primeira década do século XXI.

Entre os grandes investimentos que foram efetuados no estado do Rio de Janeiro, destacam-se, por exemplo, a partir de Osório, Rego e Versiani (2017, p.85)

(...) a chegada de montadoras de automóveis na Região do Médio Paraíba; a implantação da Rio Polímeros, em Duque de Caxias, objetivando a criação na região de um polo de gás-químico<sup>26</sup>; a reativação da indústria naval; a ampliação de investimentos pela Petrobras até o ano de 2014; a instalação, na cidade do Rio de Janeiro, de novas empresas petrolíferas; a consolidação do parque tecnológico da UFRJ, em torno do complexo de petróleo e gás; a instalação de uma planta siderúrgica no distrito industrial de Santa Cruz; investimentos na Fiocruz e no Instituto VitalBrazil; além dos investimentos derivados da política de atração de megaeventos.

Portanto, indo além do complexo de entretenimento, cabe tratar sobre as riquezas do Rio de Janeiro, cabendo destacar o pré sal e o impacto que tem a indústria do petróleo (e gás) na cidade e Estado.

Sendo um importante assunto quando se trata da produção industrial e da necessidade de diversificar a economia, industrializando a região, isto é, tornando-a mais complexa, na contramão da reprimarização da economia (que tem ocorrido em território fluminense).

Tomando como base as grandes empresas mundiais, que produzem cerca de 4 milhões de barris por dia em campos espalhados no mundo, têm operações de elevadíssimo custo, sendo necessário diversas pesquisas para compreender melhor os impactos e a indústria como um todo.

Assim, faz-se necessário identificar qual a real presença do complexo do petróleo e gás no Rio de Janeiro e como deve-se desenvolver a política dentro dessa região, visando diversificar a presença de investimentos e aumentar a geração de emprego e renda para população.

Faz-se mister destacar e reconhecer que a prioridade do Brasil deve ser direcionada sempre para a busca de energias renováveis, a fim de se ter um desenvolvimento mais sustentável.

O que envolve também e o estímulo a atividades econômicas, como, por exemplo, o desenvolvimento de carros elétricos, como a UFRJ já faz em território fluminense, porém, cabe destacar que o petróleo ainda terá um papel fundamental nos próximos anos.

Tal nuance é relembrada, por exemplo, por especialistas, como o titular Adilson Oliveira, da UFRJ, “de que o mundo ainda continuará dependente do petróleo nas próximas décadas”.

Além disso, análises, não só através de pesquisas acadêmicas e suas autoridades, mas também nas empresas do setor petróleo, como a Shell, uma multinacional, por exemplo, que mantém como prioritários os seus investimentos no Brasil.

Indicam o mesmo caminho, isto é, apontam que a produtividade na extração do petróleo tem crescido muito e que essa extração permanece absolutamente viável, sendo, portanto, mister para o Estado do Rio de Janeiro ter isso em mente.

Neste sentido, destaca-se o pré-sal e sua competitividade e produtividade, podendo-se citar a entrevista do quadro de carreira e ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobrás, Guilherme Estrella, e que chefiou, de 2003 a 2012, a equipe que descobriu o pré-sal.

A entrevista foi publicada no jornal Estado de S. Paulo, de 2 de março de 2016: A Petrobrás produz 2 milhões de barris por dia nas Bacias de Santos e Campos, na frente do mercado consumidor.

O Rio de Janeiro produz a US\$ 8 o barril no pré-sal, por usar a infraestrutura vizinha da Bacia de Santos, sendo, portanto, uma vantagem comparativa para São Paulo e não para o Rio de Janeiro.

Neste sentido, cabe destacar efetivamente qual é o problema no estado, conforme traz Osório, Rego e Versiani (2017, p.87), sobre as empresas do ramo.

(...) se é ter o complexo de petróleo e gás ou é ter apenas a extração de petróleo em alto-mar, os *royalties*, sedes administrativas de empresas vinculadas ao complexo e parte da indústria naval?

Portanto, cabe entender o peso desta indústria no estado do Rio de Janeiro e comparar com outros países relevantes no setor, que tomam estratégias distintas e se mostram, com suas contradições e virtudes, os caminhos a serem seguidos.

Pode-se ter horizontes como os da Venezuela, que extrai e vende petróleo bruto, ou pode-se ter horizontes como dos países desenvolvidos, que tem economias mais complexas, como a Noruega, em que o complexo do petróleo e gás é adequadamente aproveitado.

Pois ao se consolidar essa melhor compreensão, pode-se traçar planos efetivos, como atrair os fornecedores da Petrobrás para o Rio de Janeiro, consolidando assim a cadeia de produção, como exemplo dos países mais desenvolvidos.

Adentrando em outras possibilidades também, como os projetos de engenharia, conforme destacou Osório, Rego e Versiani (2017, p.86)

(...) Em primeiro lugar, é fundamental ampliar a discussão sobre o papel que o setor petróleo e o que podemos denominar de complexo do petróleo e gás – extração de petróleo; partes, peças e equipamentos; indústria naval; inovação; projetos de engenharia; convenções, eventos e turismo de negócios em geral; serviços de apoio etc. – podem significar para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio de Janeiro nas próximas décadas

Tal nuance faz-se importante a fim de se obter um ciclo virtuoso, pois “a capacidade produtiva deve não somente ser plenamente utilizada, mas também ser rapidamente expandida” conforme Kalecki (1977, p.136).

Uma estratégia que vise o início de um círculo virtuoso para o Rio de Janeiro, deve levar em conta sua região Metropolitana e principalmente sua periferia, deve pensar, portanto, de forma integrada suas políticas sociais, no âmbito da infraestrutura e de atração de investimentos, de forma coordenada e inclusiva. Essa estratégia e perspectiva deve priorizar as questões apresentadas, como da melhoria da educação e da formação profissional do povo fluminense, uma formulação de política pública de saúde de forma estruturada entre os diversos órgãos (municipais, estaduais e federais) também se fará necessária.

Faz-se necessário tendo em vista a responsabilidade da União (SUS), que é um grande comprador, além da criação de recursos de amenidades, como parques públicos, hoje inexistentes na periferia metropolitana, excetuando-se a cidade de Niterói.

Somados as nuances apresentadas, faz-se necessário também a organização de zoneamento urbano, tão cara à imagem da cidade e do Estado, além do fator fundiário, isto é, da regularização de terrenos, tanto para moradia, quanto para instalação de empresas.

Para além, cabe defender uma melhoria da logística e da infraestrutura de telecomunicações, energia elétrica e saneamento. Isto, tanto para os cidadãos quanto para as empresas.

Faz-se necessário tendo em vista que o Rio de Janeiro tem uma das energias mais caras do Brasil, conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica, ficando atrás somente do Pará e do Amazonas e que duplicou na última década, conforme reportagem do O Globo (2019).

A infraestrutura, portanto, deve ser compreendida como um diferencial para melhorar a qualidade de vida, mas também para atrair, sob uma lógica econômica, investimentos dos mais variados, a fim de se gerar emprego e renda.

Um exemplo disso, é o exposto em Osório, Rego e Versiani (2017, p. 90)

Último exemplo paradigmático das dificuldades para que ocorram atração de empresas, encadeamentos e adensamento produtivo na RMRJ, excluindo-se a cidade do Rio de Janeiro e Niterói, é o fato de que a instalação da Rio Polímeros em Campos Elíseos, no município de Duque de Caxias, não atraiu praticamente nenhuma nova indústria de plástico. Deve-se lembrar que a criação da Rio Polímeros, planta petroquímica de primeira e segunda geração, foi desenhada visando ser âncora de um pólo de gás químico que incorporaria também a terceira geração petroquímica, ou seja, a indústria de plásticos.

Destaca-se, nesse âmbito, a importância de se compreender toda a cadeia produtiva e não somente obter um entendimento superficial sobre o assunto, a fim de se garantir uma verdadeira efetividade, que favorece a arrecadação e a geração de empregos.

A importância se debruça em poder aproveitar ao máximo o espaço, a fim de maximizar os benefícios e não perder as oportunidades que se apresentam, conforme o demonstrado em Osório, Rego e Versiani (2017, p.90),

A terceira geração petroquímica é fundamental pois não só é intensiva em mão de obra como, também é composta hegemonicamente de pequenas e médias empresas. A não atração de indústrias de plástico para a periferia metropolitana deveu-se fundamentalmente a não existência de áreas com infraestrutura adequada para sua instalação.



## 7. CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

O presente trabalho expôs a trajetória histórica do Rio de Janeiro, demonstrou sua importância ímpar na história do Brasil, no que tange a seu aspecto político e econômico ao longo do tempo e também ratificou seu processo de decadência moral e econômica, com crises duradouras e de difícil compreensão.

Trouxe conceitos importantes como os de capitalidade e os trabalhou sob a perspectiva local e sua importância para o aspecto nacional, além de compreender as consequências de se ter retirado a capital do Rio de Janeiro e transferi-la para Brasília.

Pois originou uma fratura institucional no Rio, que afetou a formulação de políticas na cidade e no Estado, além de ocasionar perdas relevantes sob o ponto de vista econômico, no que se refere ao seu dinamismo econômico, com consequências graves sob o ponto de vista social, desestruturando o Estado.

Além de ocasionar diversas mazelas sociais, do ponto de vista da segurança pública por exemplo, ou da educação, na formação dos seus cidadãos, do ponto de vista do trabalho, com os elevados índices de desemprego, além das moradias e da saúde, devido a baixa qualidade da infraestrutura.

Tendo como norte teórico as teorias do institucionalismo, apresentou uma análise a partir desta visão, a fim de se prover uma análise mais próxima a realidade e não pautadas em inverdades e mitos, como ocorre de forma costumeira ao tratar sobre o Rio de Janeiro e suas mazelas.

Tratou sobre especificidades do território carioca e fluminense, como o fenômeno do chaguismo, que se desenvolveu a partir da ditadura militar-civil brasileira, além de apresentar uma tentativa de compreender os desdobramentos do fenômeno na formulação das políticas da cidade e do estado, que adquiriram um evidente caráter negativo, isto é, fisiológico e clientelista.

Abarcou a prisão de suas autoridades nas mais diversas esferas, indicando uma triste trajetória que acomete a todos os residentes não só do Rio de Janeiro, como do Brasil, pois o Rio de Janeiro se vincula a autoestima do brasileiro, como um dos seus grandes símbolos.

Apresentou dados obtidos ao se pesquisar sobre o tema, a fim de se comprovar os pontos trazidos à debate, tendo em vista a importância do tema para a sociedade, para a compreensão do objeto da pesquisa (o Rio de Janeiro) e seus desdobramentos na atualidade.

Tais nuances são necessárias pois somente através da compreensão da problemática, tanto em seu aspecto geral quanto em suas especificidades, é que se é possível traçar um planejamento adequado para superar a grave crise que acomete o Rio de Janeiro e, desta forma, superá-la.

Portanto, somente ao se compreender em sua totalidade as razões que levaram o Rio de Janeiro a este estado, é que se fez possível traçar as adequadas perspectivas para que o quadro possa ser superado, como os complexos citados neste trabalho.

Desta forma, portanto, o Rio de Janeiro pode conseguir reverter o quadro apresentado e propiciar uma melhora em seus aspectos morais, políticos e econômicos, na geração de empregos, em uma melhora na prestação de serviços, além de fornecer educação e saúde de qualidade, além de segurança e lazer.

Só sendo possível a partir de complexos próximos da realidade carioca e fluminense, que além de servirem para solucionar a problemática, poderão servir também de espelho para o país, tendo em vista sua importância nacional, especialmente o peso histórico que o Rio de Janeiro carrega.

Desta forma, por exemplo, a Petrobrás seria uma empresa chave para essa estratégia, no que se refere ao complexo de petróleo, tão relevante para o Rio, assim

como o debate sobre os *royalties*, que podem implicar em consequências relevantes para a cidade e para o Estado.

Além disso, seus clubes, torcedores, sócios ou simpatizantes, que sejam apaixonados e consumidores de uma indústria esportiva, que traz benefícios em diversas esferas da vida humana, seja na geração de emprego, seja na integração social, seja no próprio entretenimento, que certamente se vincula à paixão de cada um.

Portanto, conclui-se que este trabalho cumpriu seu objetivo de ofertar importantes ferramentas para compreender a realidade carioca e fluminense, além de servir aos interesses de todos os cidadãos que amem o Rio e o queiram bem, como um grande símbolo nacional e um importante Estado que abriga milhões de brasileiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvos de operação contra fraude no tribunal de contas do Rio de Janeiro são presos. **G1**, 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/alvos-de-operacao-contrafraude-no-tribunal-de-contas-do-rj-sao-presos.ghml>> Acesso em: 29 de novembro de 2019.

Cinco ex governadores do Rio foram presos nos últimos três anos. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/cinco-ex-governadores-do-rio-foram-presos-ultimos-tres-anos>> Acesso em 29 de novembro 2019.

COELHO, Paulo Vinícius. Com Jesus, Flamengo quer jogar bonito por projeto global. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/10/com-jesus-flamengo-quer-jogar-bonito-por-projeto-de-clubes-global.shtml>> Acesso em: 29 de novembro de 2019.

Conta de luz no Rio mais que dobra em uma década. **O Globo**, 2019. Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/economia/conta-de-luz-no-rio-mais-que-dobra-em-uma-decada-23517167>> Acesso em: 29 de novembro de 2019.

DULCI, Otávio Soares. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

ERNST & YOUNG, Premier League Economic and social impact January. 2019

Esquema no TCE RJ foi confirmado por delatores. **Sinfreij**, 2019. Disponível em: <<http://www.sinfreij.com.br/comunicacao/destaques-imprensa/esquema-no-tce-rj-foi-confirmado-por-nove-delatores><https://www.rsssfbrazil.com/miscellaneous/attendances.htm>> Acesso em: 29 de novembro de 2019.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALA, Paulo.A **Teoria Institucional de Douglass North**.Revista de Economia Política, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003

HIRSCHMAN, AO. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In SORJ, B., CARDOSO, FH., and FONT,M., orgs. Economia e movimentos sociais na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 21-64. ISBN 978-85-99662- 59-5.Available from SciELO Books.

HODGSON, Geoffrey M. Economia e evolução: o regresso da vida à teoria econômica. Oeiras: Celta, 1997.

Juiz afirma que empresas foram beneficiadas e anula licitação. **Correio do Estado**, 2019. Disponível em:

<<https://www.correiadoestado.com.br/esportes/juiz-afirma-que-empresas-foram-beneficiadas-e-anula-licitacao-do/336358/>> Acesso em: 29 de novembro de 2019.

KALECKI, M. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977.

LAPA JR., Amaral. **O Brasil e a carreira das Índias**. Cia. Editora Nacional, 1968.

LESSA, C. **Rio de todos os brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LOBO, E.M.L. História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MAGALHÃES, Alex Ferreira; Maria Helena Versiani. (Org.). **Rio de Janeiro: reflexões e práticas. 1ed**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, v. 1, p. 126-145.

MAGALHÃES, Raphael de Almeida. Breve Histórico sobre a Estruturação Física e Econômica da Cidade e sua Região. [S.l.: s.n.], 2001. Texto mimeografado.

MELO, H.P. **A Trajetória da Industrialização do Rio de Janeiro**. IN: Américo Freire, C.E.; Motta, M.S. (org.). Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p.219-247.

MOTTA, M. S. . Rio de Janeiro: de cidade-capital a estado da Guanabara. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

NORTH, D. Structure and Change in Economic History, Norton, New York, 1981.

\_\_\_\_\_. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

\_\_\_\_\_. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

NORTH, D. \_\_\_\_\_ e THOMAS, Robert P. The Rise of the Western World: A New Economic History, Cambridge University Press, Cambridge, 1973

OSÓRIO, Mauro; REGO, Henrique Rabelo Sá; VERSIANI, Maria Helena. Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder . **Cadernos do desenvolvimento fluminense**, Rio de Janeiro, n. 12, jan./jun. 2017.

OSORIO, Mauro e VERSIANI, Maria Helena; **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n.2, julho/ 2013.

PAES, Eduardo. Eduardo Paes: Parabéns, Rio. **Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/03/1596171-eduardo-paes-parabens-rio.shtml>>. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

Rei dos ônibus admite em interrogatório existência de caixa 2 a políticos do Rio de Janeiro. **G1**, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/24/rei-dos-onibus-admite-em-interrogatorio-existencia-de-caixa-2-a-politicos-do-rj.ghtml>> Acesso em: 29 de novembro de 2019.

ROUVENAT, Fernanda, Pedro Figueiredo. Com prisão de Moreira Franco, Rio de Janeiro tem seu 5º ex governador preso. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/21/com-prisao-de-moreira-franco-rj-tem-seu-5o-ex-governador-presos.ghtml>>. Acesso em: 29 de novembro de 2019.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. A desindustrialização nacional como projeto: uma reflexão em Economia Política sobre os limites para o desenvolvimento fluminense (Org.). **Rio de Janeiro: reflexões e práticas**. 1ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, v. 1, p. 39.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. “A evidência da estrutura produtiva oca: o Estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional”. In: MONTEIRO NETO et al. **Desenvolvimento Regional no Brasil: Políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2017

VEBLEN, Thorstein. **The Theory of the Leisure Class**. New York: Modern Library, 1934.

VERSIANI, Maria Helena . O Rio de Janeiro na República da Ditadura. In: Mauro Osorio; Alex Ferreira Magalhães; Maria Helena Versiani. (Org.). **Rio de Janeiro: reflexões e práticas**. 1ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, v. 1, p. 126-145.